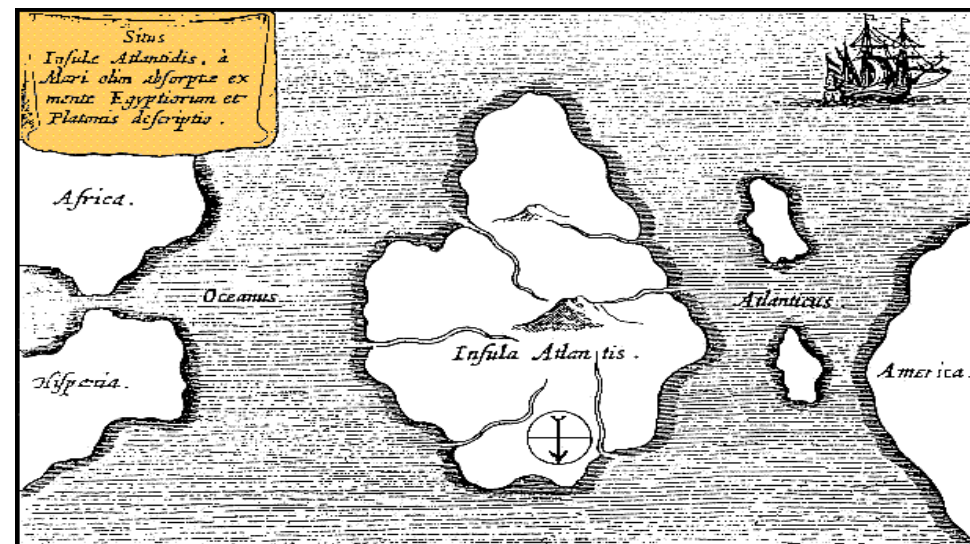


**CADERNOS DE ESTUDOS
AÇORIANOS**

**REVISTA DE
ESTUDOS
LUSÓFONOS,
LÍNGUA E
LITERATURA,
DOS COLÓQUIOS
DA LUSOFONIA**

CADERNO Nº 18 - edição março 2013

DEDICADO A JOSÉ MARTINS GARCIA



CADERNO Nº 18 - edição março 2013

DEDICADO A JOSÉ MARTINS GARCIA

Todas as edições estão em linha em <http://www.lusofonias.net>

Editor AICL-Colóquios da Lusofonia (Chrys Chrystello editou este número)

Coordenação Chrys e Helena Chrystello

CONVENÇÃO: O Acordo Ortográfico 1990 rege os Colóquios da Lusofonia para todos os textos escritos após 1911 (data do 1º Acordo Ortográfico)

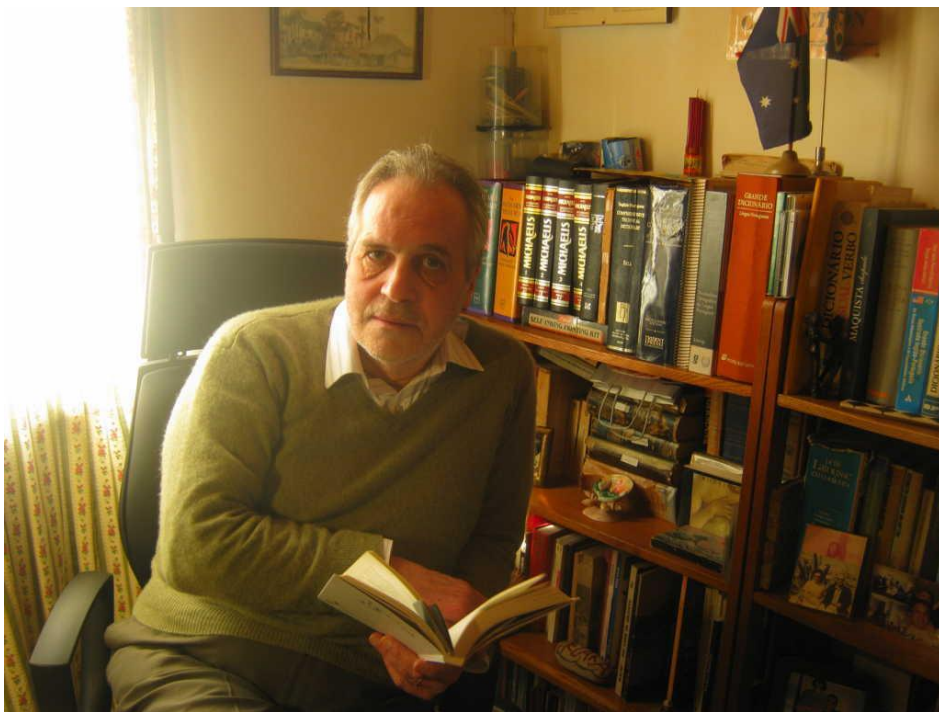


© TM ®

Editado por

COLÓQUIOS DA LUSOFONIA (AICL, ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL COLÓQUIOS DA LUSOFONIA -
revisto janeiro de 22)

Em linha ISSN 2183-9239 CD-ROM ISSN 2183-9115



Nota introdutória do editor, Chrys Chrystello

No XI Colóquio da Lusofonia na Lagoa em 2009 (4º Encontro Açoriano), decidimos obviar ao fim do Curso de Estudos Açorianos na Universidade dos Açores¹ e organizar na Universidade do Minho, Braga, com a colega Rosário Girão, um **Curso Breve “AÇORIANIDADE(s) e INSULARIDADE(s)”**. A partir desse ano, diversos alunos de mestrado da Universidade do Minho, entre outras, trabalharam autores açorianos traduzindo excertos para francês e inglês e tais autores açorianos foram incluídos em doutoramentos e mestrados na Polónia e Roménia.

Decidimos então criar no nosso portal AICL (www.lusofonias.net) os **Cadernos de Estudos Açorianos** para dar a conhecer excertos de obras (na sua maioria esgotadas) de autores açorianos e, assim, abrir uma janela de conhecimento e divulgação sobre esta peculiar e rica escrita que entendemos ser diferente.

Em janeiro 2010, brotaram estes despreziosos **CADERNOS de ESTUDOS AÇORIANOS** para acesso generalizado, fácil leitura e descarga em formato pdf. A sua conceção assenta na premência de dar a conhecer a **AÇORIANIDADE LITERÁRIA, servirem**

de complemento aos currículos regionais e às Antologias de Autores Açorianos que a AICL começou a publicar a partir de então.

Os **CADERNOS de ESTUDOS AÇORIANOS** são uma publicação trimestral que tenta chegar a leitores nunca imaginados em todo o mundo. Não há qualquer critério – além da arbitrariedade - a definir a ordem de apresentação dos autores.

Muitos autores fazem parte da **ANTOLOGIA DE AUTORES AÇORIANOS CONTEMPORÂNEOS** que a Helena Chrystello e a Rosário Girão compilaram na versão **bilingue** (PT-EN) em 2011, na **monolingue** em 2012, na Coletânea de Textos Dramáticos de 2013, a que seguiu, em 2014, uma Antologia no Feminino **“9 ilhas, 9 escritoras”**. Acolhemos como premissa o conceito de **Martins Garcia** que, admite uma literatura açoriana *«enquanto superestrutura emanada de um habitat, de uma vivência e de uma mundividência»*.

A açorianidade literária (termo cunhado por Vitorino Nemésio, na revista *Insula*, em 1932) não está exclusivamente relacionada com peculiaridades regionais, nem com temas comumente abordados na literatura (a solidão, o mar, a emigração), ou como escreveu **J. Almeida Pavão** (1988)...*“assume-se tal Literatura com o estatuto de uma autonomia, consentânea com uma essencialidade que a diferencia da Continental”*.

Assim, para nós [AICL], é Literatura de significação açoriana, *“a escrita que se diferencia da de outros autores de Língua portuguesa com especificidades que identificam o autor talhado por elementos atmosféricos e sociológicos descoincidentes, justaposto a vivências e comportamentos seculares sendo necessário apreender a noção das suas Mundividências e Mundivivências, e as infrangíveis relações umbilicais que as caracterizam face aos antepassados, às ilhas e locais de origem”*.

A AICL entende que o rótulo comum de **açorianidade** abarca extratos diversos de idiossincrasias:

— *Um de formação endógena, constituído pelos que nasceram e viveram nas Ilhas, independentemente do facto de se terem ou não terem ausentado;*

— *O dos insularizados ou «ilhanizados»², e de todos que consideram as ilhas como “suas” de um ponto de vista de matriz existencial;*

- *Um de formação exógena, no qual se incluem todos os que não nascendo nas ilhas a elas estão ligados por matrizes geracionais até à sexta geração.*

As obras já desenvolvidas e publicadas pela AICL (Colóquios da Lusofonia) em parceria com a Editora Calendário de Letras, numa série de antologias, visam dar a conhecer ao público em geral e – muito especialmente – aos professores e estudantes, excertos de autores cujas obras estão fora do mercado comercial, das livrarias e muitas vezes até das bibliotecas. Sugerimos pois a consulta das seguintes obras coeditadas pela Editora Calendário de Letras

- Antologia Bilingue de (15) Autores Açorianos Contemporâneos,

¹ Criado e ministrado por Martins Garcia, posteriormente, por Urbano Bettencourt

² adotando a designação feliz utilizada por Álvaro Oliveira, a propósito do poeta Almeida Firmino

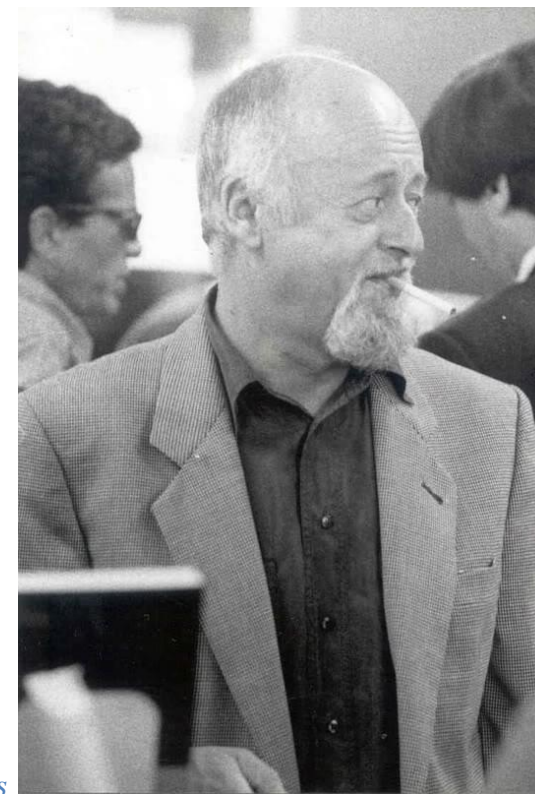
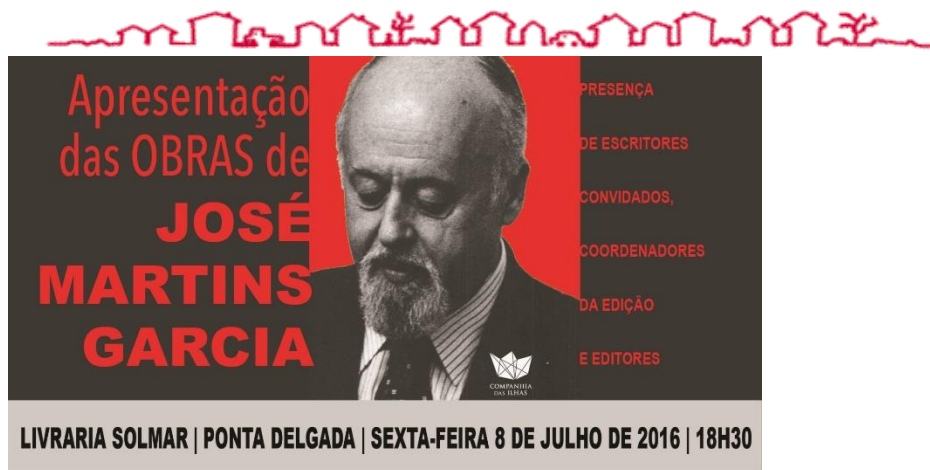
- Antologia (Monolingue) de (17) Autores Açorianos Contemporâneos,
- Coletânea de Textos Dramáticos de (5) Autores Açorianos,
- Antologia no Feminino “9 Ilhas, 9 Escritoras”

Ou a nível mais pessoal o meu livro “CHRÓNICAÇORES (vol. 2) uma circum-navegação de Timor a Macau, Austrália, Brasil, Bragança até aos Açores, e o “Crónica do Quotidiano Inútil, 40 anos de vida literária”, com as suas doses de açorianidade.

Para os iniciados em autores e temas açorianos, sugerimos que consultem a BIBLIOGRAFIA GERAL DA AÇORIANIDADE com mais de 19 mil entradas compilada ao longo de mais de sete anos e a ser publicada em 2017. Ali incluímos autores açorianos (residentes, expatriados e emigrados), estrangeiros ou nacionais (açorianizados ou não) que escreveram sobre temáticas açorianas. Exaustiva é, mas ainda incompleta, se bem que seja indicadora do se tem produzido e muito do qual merece ser lido, analisado, criticado, trabalhado e traduzido.

Nem todos os trabalhos dizem respeito a literatura já que a quisemos tornar o mais abrangente possível e englobar nela o maior número de obras, de uma forma ou outra, relativas à AÇORIANIDADE. Dentre as obras literárias muitas não serão obras-primas nem relevantes, outras permanecem atuais pelo seu interesse histórico, mas por entre o trigo e o joio há excelentes obras à espera de serem descobertas, lidas e ensinadas.

Aqui se publicaram autores contemporâneos presentes nos colóquios: **Onésimo T. Almeida, Cristóvão de Aguiar, Daniel de Sá, Dias de Melo, Vasco Pereira da Costa, Caetano Valadão Serpa, Eduíno de Jesus, Urbano Bettencourt, Álamo de Oliveira e Eduardo Bettencourt Pinto**, além de nomes incontornáveis como, **Fernando Aires, Mário Machado Fraião, Emanuel Félix, Maria de Fátima Borges, Marcolino Candeias, Norberto Ávila, Victor Rui Dorés e hoje JOSÉ MARTINS GARCIA.**



NOTAS BIOBIBLIOGRÁFICAS

JOSÉ MARTINS GARCIA nasceu na Criação Velha, Ilha do Pico, a 17 de fevereiro de 1941 e faleceu a 4 de novembro de 2002 em Ponta Delgada, um ano depois de ter deixado a atividade de docente na Universidade dos Açores.

Na cidade da Horta fez uma parte dos seus estudos liceais, concluídos no Liceu Pedro Nunes, em Lisboa. Ingressou na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Em 1969, licenciou-se em Filologia Românica, na Faculdade de Letras de Lisboa, tornando-se mais tarde assistente do grande linguista Lindley Cintra.

De 1964 a 1965 foi professor eventual do então Liceu Nacional da Horta; entre 1969 e 1971 foi leitor de Português na Universidade Católica de Paris, tendo lecionado na Faculdade de Letras de Lisboa de 1971 a 1979 e havendo, então, rumado aos Estados Unidos como Professor Convidado da “Brown University” (Providence), aí permanecendo até 1984; o rasto desse tempo americano é detetável em *Imitação da Morte* (1982) e no belíssimo e devastador livro de poemas *Temporal* (1986).

De seguida, ingressou na Universidade dos Açores, onde se doutorou com uma tese sobre Fernando Pessoa e onde foi o responsável pela introdução da cadeira de “Literatura e Cultura Açorianas” nos planos curriculares das Licenciaturas em Línguas e Literaturas Modernas.

Nesta Universidade terminou a sua carreira académica como Professor Catedrático, tendo ainda ocupado o cargo de Vice-Reitor e dirigido a revista *Arquipélago*.

Chamado a cumprir serviço militar em 1965, foi mobilizado para a Guiné-Bissau, aí permanecendo de 1966 a 1968, experiência que se projeta literariamente em *Lugar de Massacre* (1975), um dos primeiros romances portugueses a abordar a guerra colonial, numa perspetiva paranoica e demencial; essa experiência acabaria por pontuar, sob variadas formas e em diferentes circunstâncias, a sua obra literária.

A Revolução de abril apanhou-o no jornal "República", onde assinou sobretudo crónicas. Militante do PS bateu com a porta em outubro de 1976, ano em que foi demitido pela administração do "Jornal Novo", onde desempenhara as funções de diretor-adjunto.

Martins Garcia deixou a sua marca por muitos títulos da imprensa como no República, Jornal Novo, A Luta, A Capital, o Diário de Notícias, O Diabo e na revista "Vida Mundial". A sua obra apresenta uma diversidade de intervenções, que vão desde o ensaísmo, à poesia, passando pelo romance, pelo conto e pela crítica jornalística.

Carlos da Câmara leme escrevia aquando da sua morte:

“À obra de José Martins Garcia ficará para sempre associado o nome de Vitorino Nemésio, o poeta/romancista e conhecido do grande público pelas suas notáveis charlas na RTP, Se Bem me Lembro...na década de 70. Juntamente com David Mourão-Ferreira (sobre quem escreveu dois livros), António Manuel Machado Pires, Fátima Freitas Morna e Maria Margarida Maia Gouveia, Martins Garcia dedicou muito das suas reflexões à obra de Nemésio - podendo dizer-se mesmo que ele é o biógrafo do autor de "Mau Tempo no Canal", com o livro "Vitorino Nemésio: A Obra e o Homem" (Arcádia, 1978). O livro foi republicado com o título "Vitorino Nemésio: à Luz do Verbo" (Vega, 1988), com o qual ganhou o Prémio Eça de Queirós, instituído pela Câmara Municipal de Lisboa. Pelo caminho, deixou em 1981 o livro de ensaios "Temas Nemesianos".

Considerando a obra de Nemésio "multifacetada, multímoda, diversificada", Martins Garcia avaliava: "Enquanto poeta, Nemésio é unificável. Há, todavia, um Nemésio crítico, um Nemésio historiador, um Nemésio cronista, um Nemésio ensaísta que se pronuncia, num discurso de realidade, sobre o homem circunstancial, sobre o

'efémero': o da política, o das ideologias. A obra de um escritor só é rotulável no campo da criação artística, ou seja, no caso de Nemésio, o da ficção narrativa e o do lirismo." Mas avisava: "'Mau Tempo no Canal' representa a realização exímia do mito pessoal de Nemésio. Toda a anterior ficção nemesiana vem confluír nesse romance. O poeta tinha muito mais que dizer, como o cronista, o articulista, o ensaísta."

Ora, acontece que Martins Garcia como que trilhou os passos de Nemésio. A obra é, ela também, multifacetada. No romance registem-se seis, dos quais "Lugar de Massacre", de 1975, é uma das primeiras incursões sobre um tema ainda hoje tabu nas letras (e não só?) portuguesas - a Guerra Colonial. Como contista, assinou sete livros dos quais "Katafaraum é uma Nação" (1974) e, sobretudo, "Katafaraum Ressurreto" (1992), é uma pedrada no charco nalguma intelectualidade açoriana que, numa visão míope, só vê nas ilhas um lugar idílico de vulcões e paisagens.

Um lastro que Martins Garcia bebeu também em Nemésio. Quando interrogado sobre os traços fundamentais da poesia de Nemésio, Martins Garcia dizia que eles relevavam de "uma radical insularidade, que se atualiza por vezes em solidão [de] uma ilimitada saudade da infância, da ilha, das ilhas [de] um sofrimento radicado na distância spatiotemporal em relação ao seu 'paraíso perdido'.

Uma faceta 'noturna', por vezes inconsolável no tocante à perda dum grande amor".

Numa palavra: "Uma espécie de imortalidade vislumbrada na energia contida na matéria, que assim se enlaça com os insondáveis desígnios de Deus."

Sobre José Martins Garcia escreveu David Mourão-Ferreira:

"o seu nome deveria ser hoje saudado como o do escritor mais completo e mais complexo que no último decénio entre nós se revelou; (...)

com igual mestria tanto abrange os registos da mistificação narrativa como os da exegese crítica, tanto os da desmistificação satírica como os da transfiguração telúrica, e que sem dúvida não encontra paralelo, pela convergência e concentração de todos estes vetores, na produção de qualquer outro seu coetâneo" (Jornal Signo, 1987/9/30).

As afirmações de Mourão-Ferreira reenviam às diferentes facetas de um escritor plural, suficientemente inquieto e versátil para circular entre modos e géneros discursivos e diversificar-se ainda no interior de cada um deles: romancista, contista e poeta, ensaísta e crítico, dramaturgo, mas também o cronista que uma parte do seu último livro (*quase*) *teóricos e malditos* (1999) põe em evidência, exatamente naqueles textos iniciais que

assinalam uma reflexão, um comentário digressivo a partir de uma circunstância do quotidiano, filtrada e escarpada à luz da formação literária e linguística do autor referência esta que nos reenvia ao seu percurso profissional e académico.

Dele escreveu URBANO BETTENCOURT (BOLETIM DO NCH Nº 13, 2004):

Pela sua quantidade, mas principalmente pela sua variedade e complexidade, só muito dificilmente a obra de José Martins Garcia se deixará apreender nas malhas de uma visão unificadora, embora possamos detetar no interior da lírica e da narrativa, a confluência de determinados motivos e temas recorrentes; mas até mesmo no campo do ensaísmo a diversidade poderá ser tida como um dos traços relevantes.

É certo e reconhecido que a etiqueta nemesiana se terá colado demasiado à pele do seu labor científico, tendendo-se por vezes, e de forma abusiva, a atribuir-lhe um lugar de quase absoluta exclusividade no âmbito do seu ensaísmo. Para lá do relevo de que, obviamente, os estudos sobre Nemésio desfrutam em José Martins Garcia, isso será talvez o preço a pagar pelo seu pioneirismo, mas também pela “ousadia” do desalinhamento teórico que significava entrar nos domínios da biografia e articular a obra e o homem, num tempo ainda marcado pela enchente estruturalista; em qualquer caso, a componente biográfica é apenas uma parte, e muito reduzida, dos conteúdos de Vitorino Nemésio, a obra e o homem (de 1978 e reeditado com modificações em 1988; Vitorino Nemésio – à luz do Verbo, que recebeu o Prémio Eça de Queirós, da Câmara Municipal de Lisboa). Além disso, quem se der ao trabalho de consultar a obra ensaística de José Martins Garcia há de encontrar aí textos sobre autores tão diversos como Jorge de Sena, Sophia de Mello Breyner, Ana Hatherly, José Rodrigues Miguéis, Aquilino Ribeiro ou José Luandino Vieira, por exemplo; e não poderá deixar de considerar os longos e sistematizadores estudos dedicados à narrativa de David Mourão-Ferreira e à poesia de Fernando Pessoa, neste último caso um trabalho redigido nos Estados Unidos, posteriormente apresentado como dissertação de doutoramento, e que viria a destacar-se pelos seus aspetos inovadores na abordagem retórica dos heterónimos

(Fernando Pessoa: “coração despedaçado”, 1985).

No universo ensaístico de José Martins Garcia, vamos ainda encontrar algumas das mais lúcidas e penetrantes abordagens da açorianidade literária; nos textos sobre Nemésio, naturalmente, mas ainda em estudos sobre o simbolista Roberto de Mesquita ou em ensaios de conjunto sobre a literatura açoriana, a perspicácia e a sensibilidade crítica de José Martins Garcia deixaram-nos um imprescindível contributo para a compreensão daquilo que constitui a mundividência do homem açoriano tal como ela se exprime no conjunto de obras que constituem a literatura açoriana. A

chave para a leitura de uma boa parte da ficção narrativa de José Martins Garcia pode encontrar-se no seu livro Invocação a um Poeta e outros poemas (1984) e num título como “Signo Atlântico”, em que a viagem e a partida surgem sob um desígnio de fatalidade e de destino inevitável e constituem o traço indelével da condição insular, e da sua expressão literária. Particularmente em romances como A Fome (1978), Imitação da Morte ou Contrabando Original (1987) encontramos personagens cuja radicação insular as atira para um percurso de dispersão, de errância e, no limite, de perdição; fugindo ao universo concentracionário da ilha, elas farão a experiência da desterritorialização, do exílio absoluto e, olhando para si próprias, descobrirão os infernos íntimos que as atormentam e projetarão essa mesma imagem sobre o mundo envolvente.

Narrativas de partida essas três, elas têm o seu contraponto em Memória da Terra (1990), uma narrativa de sentido inverso, cujo narrador vem à ilha na tentativa de reconstituir a imagem e o percurso do irmão desaparecido e, num registo entre o policial difuso e o diário, deixa o retrato de um tempo cinzento, os anos cinquenta, e de uma comunidade fechada “na clausura do cabo do mundo”.

A Fome, considerado um dos (poucos) grandes romances açorianos posteriores a Mau Tempo no Canal, de Vitorino Nemésio, poderá entender-se essencialmente como um romance de personagem, se atendermos a que aí se textualiza o percurso do jovem estudante António Cordeiro, narrador da sua própria experiência, uma experiência de iniciação na vida e nos seus mistérios, seja ela a do “mundo abreviado” da ilha (Pico, Faial), seja a do grande mundo, de que Lisboa é apenas a parte do todo (França, Estados Unidos em narrativas posteriores). Daí, em primeiro lugar, a forte dramatização da condição insular, manifesta na tensão entre a permanência petrificante, o sentir-se preso à ilha, às suas fomes materiais, e o chamamento, o apelo do desconhecido, as fomes de distância, que diferentes sinais exacerbam.

Todavia, e a um outro nível, o percurso individual é indissociável de um percurso histórico e coletivo, é a concretização individual de um destino que se projeta sobre a personagem como manifestação de uma fatalidade histórica coletiva. O início da narração convoca explicitamente uma fonte documental (o texto do cronista Frei Diogo das Chagas sobre o povoamento do Pico por Fernando Álvares Evangelho) e a que se seguirão outras de diferentes autores, entre eles Gaspar Frutuoso e, particularmente significativo, o seiscentista António Cordeiro, autor da História Insulana das Ilhas a Portugal Sujeitas; mas a citação é aqui uma apropriação do texto alheio, uma incorporação no próprio discurso, abolindo o tempo real e transformando o narrador numa personagem transtemporal, em perfeita consonância com a autodesignada “estética da transmigração” que lhe permite chamar-se

sucessivamente António Cordeiro (nome também de navio e do narrador-protagonista de *Imitação da Morte*), Fernando Álvares Evangelho e Constantino, caçador de baleias no século XIX. Este processo de condensação temporal proporciona, por um lado, a “memória antiga” que o narrador em si congrega, uma memória de raivas, espezinhamentos, abandono, fomes, solidão e desespero, mas assinala, por outro, a consciência da memória em que assenta a literatura.

Numa outra perspetiva, convém ainda chamar atenção para uma das mais imediatas vertentes da obra de José Martins Garcia, a sua dimensão satírica – projeção de uma determinada visão do mundo e de um relacionamento distanciado e crítico em relação a ele e às suas normas e condutas, e que, em termos literários, se organiza com base em procedimentos linguísticos e retóricos diversificados. A sátira escolhe os seus alvos, as suas vítimas, e joga-se toda na inventiva e nos mecanismos da linguagem que, da ampliação à atenuação, proporcionam o espelho deformante (côncavo ou convexo) em que o mundo poderá olhar-se na sua imagem ora ridícula, ora burlesca, (e eventualmente corrigir-se). Processos como a citação, a paródia, a alusão, a antífrase, o sarcasmo com o seu o pendor hiperbolizante sucedem-se em José Martins Garcia, construindo uma linguagem que alterna a violência com a expressão subtil, desconstruindo sentidos fossilizados e questionando o poder da própria linguagem ou a linguagem enquanto poder e a fragilidade da sua própria convencional idade. Esses procedimentos servem o propósito satírico e nas suas diferentes modulações instauram o relativismo, a começar pelo da linguagem, anulam as verdades absolutas e, para lá do maniqueísmo do lamento trágico ou da exaltação épica, abrem espaço para uma coisa outra, o riso e o seu forte poder desestabilizador e libertador também: “satirizar a loucura que se pretende lúcida, rir do poder e das suas vaidades... Eu creio que esta última atitude é que representa a verdadeira solidariedade para com todos os que sofreram os pontapés dos tirantes, dos ditadores. Não é cantarolando amor que, efetivamente, se ama. Ama-se melhor quando se resiste e muito melhor quando se resiste desmistificando o opressor” – confessou o autor em entrevista dada por ocasião da saída de *Memória da Terra* (veja-se *Estante* – jornal de informação editorial, N° I, Vega, 1991).

Uma leitura atenta às suas relações transtextuais não deixará de verificar o diálogo que a escrita de José Martins Garcia estabelece com a tradição literária açoriana, que ele tão bem conhecia e da qual expressamente se reclamava herdeiro e participante, em entrevista dada em 1986. Mas em termos gerais o que esta escrita opera é uma reversão ou mudança de registo que, sendo também de perspetiva, institui um outro ângulo de visão na configuração literária do universo insular: em vez daquilo a que Umberto Eco chamaria uma “estética da consolação”, que concilia os contrários e os conflitos, dilui a memória das feridas e das dores, envolvendo tudo num apaziguador

tecido de melancolia e nostalgia, a escrita de José Martins Garcia exacerba essa memória, revolve-a no seu desespero e na sua angústia, nas suas misérias também, num registo múltiplo que passa pela ironia, pelo burlesco e mesmo pelo grotesco, para dizer que, ao contrário do que afirma uma personagem em *Gente Feliz com Lágrimas*, de João de Melo, nenhuma distância ou afastamento, nenhum sofrimento chegará para “absolver as paisagens malditas”.

Desde há alguns anos, a obra de José Martins Garcia tem vindo a ser objeto de estudo sistemático e aprofundado por parte de Luiz António de Assis Brasil, romancista e Professor Titular na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil, onde, aliás, tem orientado dissertações de mestrado e doutoramento sobre a Literatura Açoriana e, em particular, sobre José Martins Garcia. Um desses trabalhos, já publicado em Portugal, é da autoria de Lúcia Helena Marques Ribeiro e intitula-se *José Martins Garcia – A Questão da Identidade da Terra e a Ideia de Permanência em «Contrabando Original»* [1998, Lisboa, Salamandra].

No seguimento da teorização de Assis Brasil, a autora explora as potencialidades de uma leitura focalizada na permanência (e no seu caráter petrificante) enquanto princípio organizador (ou desorganizador?) do mundo naquele romance – princípio que pode igualmente detetar-se no resto da sua obra, até na lírica, pense-se, por exemplo, no seu último livro de poemas, *No Crescer dos Dias* (1996), e na incidência dos mecanismos retóricos, de combinatória e repetição, que servem a expressão de uma mesmidade sufocante. Ainda aqui, esta permanência poderá constituir a (re)versão paródica do motivo do «tempo suspenso», que atravessa alguma literatura açoriana e muito do olhar exterior sobre os Açores numa perspetiva a-histórica e bucólica, incapaz de levar em linha de conta mesmo aquele pouco de suor que Nemésio achava necessário para temperar o mundo adâmico insular.

Ponta Delgada, outubro de 2003

Foi alvo de uma homenagem nos dez anos da sua morte: Instituto Cultural de Ponta Delgada homenageia José Martins Garcia 06 novembro 2012 [Regional]

A Morada da Escrita e o Instituto Cultural de Ponta Delgada promovem uma mesa-redonda em homenagem ao Escritor e Professor catedrático José Martins Garcia (1941-2002), no momento em que passam dez anos sobre a sua morte, que terá a participação de António Machado Pires, Rosa Goulart e Urbano Bettencourt. O evento teve lugar no dia 8 de novembro, na Rua José Maria Raposo de Amaral, n.º 101, em Ponta Delgada, na Casa Armando Côrtes-Rodrigues.

<http://www.correiodosacores.net/view.php?id=41581>

Dizer que o grande biógrafo de Vitorino Nemésio, ensaísta, escritor e dramaturgo açoriano foi o maior escritor nascido no Pico é um epíteto verdadeiro, mas falta ainda muito para que os picarotos o entendam plenamente, como tal. A versatilidade da sua obra, a riqueza de vivências narradas e os sentimentos que provoca, temperados e aguçados por uma sempre presente e acutilante ironia, elevam José Martins Garcia a um lugar ímpar na Literatura Portuguesa.

Além de "No Crescer dos Dias", escreveu mais três livros de poesia, duas peças de teatro, uma das quais "Domiciano", de 1987, venceu o Prémio Côrtes-Reais. Dois anos antes, defendeu uma tese que viria a ser publicada pela Universidade dos Açores, com o título "Fernando Pessoa: 'Coração Despedaçado'".

Ainda à luz dos trilhos Nemesianos, outra seiva que Martins Garcia também colheu e investigou foi a da literatura açoriana. Segundo Luiz Fagundes Duarte, professor da Universidade Nova de Lisboa, deputado do PS (e Secretário Regional da Educação, Cultura e Ciência a partir de 2012), o livro de ensaios "Para uma Literatura Açoriana" (1987)

"poderá ser considerado como a peça fundadora dos estudos sobre a literatura feita por açorianos, ou nos Açores - a contragosto de uma corrente a que se poderia chamar 'folclorista' e que, nos últimos anos, tentou monopolizar os estudos de literatura 'açoriana'".

Para este investigador há outro livro que merece, e deve, ser mencionado: "Exercício da Crítica", de 1995. Nele, sublinha Fagundes Duarte, Martins Garcia

"deixou-nos ficar com a ideia - amarga - de que ele ainda se encontrava a meio do caminho de uma brilhante carreira de investigador e de crítico literário, que a morte agora, depois de uma série de malfetorias que lhe foram feitas pela vida e por alguns oficiais do mesmo ofício, decidiu interromper".



"Como homem", salienta a professora da Faculdade de Letras de Lisboa, Fátima Freitas Morna, "era brilhante, de uma lucidez muito fina, com um tipo de raciocínio inesperado à imagem da sua própria obra".

<http://www.publico.pt/culturaipilon/noticia/morreu-jose-martins-garcia-o-biografo-de-nemesio-194199>

Bibliografia

- (1973). "Recensão" crítica a *Nota Preliminar in O romance dum rapaz pobre de Octave Feuillet* de Maria Helena Paiva Joachim, *Revista Colóquio-Letras* Recensões Críticas 11 janº: 83-84
- (1973). "Recensão" crítica a *O Cinema de Ubá* de António Olinto, *Revista Colóquio-Letras* Recensões Críticas 11 janº: 88-89.
- (1973). "Recensão" crítica a *A pata do pássaro desenhou uma nova paisagem* de Manuel de Lima, *Revista Colóquio-Letras* Recensões Críticas 12 mar: 89-90.
- (1973). "Recensão" crítica a *O Rei da Terra* de Dalton Trevisan, *Revista Colóquio-Letras* Recensões Críticas 12 mar: 101.
- (1973). "O subjacente e a escrita em *Memória* de Álvaro Guerra" *Revista Colóquio-Letras* Ensaio 13 maio: 40-47
- (1973). "Recensão" crítica a *Poesia 71*. de Fiamma Hasse Pais Brandão, *Revista Colóquio-Letras* Recensões Críticas 13 maio: 83-84.
- (1973). "Recensão crítica a *As Quibyrycas* de Frey Ioannes Garabatus, *Revista Colóquio-Letras* Recensões Críticas 14 julº: 79-80.
- (1973). *A construção da vertigem acerca de Sala Hipóstila* de José Alberto Marques. Ed. Assírio e Alvim
- (1973). "A construção da vertigem acerca de *Sala Hipóstila* de José Alberto Marques". *Jornal República Suplemento Artes e Letras* 14 jun
- (1973). "Recensão" crítica a *Notas de Manfredo Rangel. Repórter a Respeito de Kramer* de Sérgio Sant'Anna, *Revista Colóquio-Letras* Recensões Críticas 15 setº: 94-95.
- (1973). "Recensão" crítica a *Corpo Terrestre* de João Rui de Sousa, *Revista Colóquio-Letras* Recensões Críticas 16 novº: 76.
- (1973). "Recensão" crítica a *Crítica Doméstica dos Paralelepípedos* de Nuno Júdice, *Revista Colóquio-Letras* Recensões Críticas 16 nov: 79.
- (1973). *Feldegato cantabile. Poesia. Antologia poética dos Açores*. Porto. Livraria Paisagem.
- (1973). *Linguagem e criação*, ensaios. Lisboa: Assírio & Alvim
- (1974). "Recensão" crítica a *O Caso Morel* de Rubem Fonseca, *Revista Colóquio-Letras* Recensões Críticas 17 janº: 93-94.
- (1974). "Recensão" crítica a *Irreflexões* de Yvette K. Centeno, *Revista Colóquio-Letras* Recensões Críticas 19 mai: 86-87.
- (1974). "Luandino Vieira: o anti-apartheid". *Revista Colóquio-Letras* Ensaio 22 novº: 43-50.
- (1974). *Alecrim, alecrim aos molhos*. Lisboa. Ed. Afrodite
- (1974). *Katafaraum é uma nação*. Lisboa. col: Peninsulares Literatura. Ed. Assírio & Alvim
- (1975). *Lugar de massacre*. 1ª ed. Lisboa, ed. Afrodite.
- (1975). *Tragédia exata, teatro* *Jornal do Fundão*
- (1976). *Cultura, política e informação*. Ensaio. Lisboa. Perspetivas & Realidades.
- (1977). *Revolucionários e querubins*. Lisboa. Ed. Afrodite
- (1977). *A Fome*. 1ª ed. Lisboa. Ed. Afrodite
- (1978). *Receitas para fritar a humanidade*. Lisboa: ed. Montanha.
- (1978). *Vitorino Nemésio. A obra e o homem*. 1ª ed. Lisboa: Ed. Arcádia.
- (1978). "Vitorino Nemésio e o arquipélago". *O Diabo* 28: 2. Lisboa
- (1978). "Singela homenagem a Vitorino Nemésio" in *Açores* 30/4/78. Ponta Delgada,
- (1979). *Morrer devagar*, contos. Lisboa, ed. Arcádia
- (1979). *Feldegato Cantabile. Antologia Poética dos Açores*. 2ª ed. Angra: SREC.
- (1980). *Vitorino Nemésio: a obra e o homem*. 2ª ed. revista e aumentada. Lisboa: Ed. Arcádia.
- (1980). *David Mourão-Ferreira: a obra e o homem*. Lisboa ed. Arcádia
- (1981). *Temas Nemesianos*. Angra: SREC
- (1981). *O medo*. col "Gaivota" Angra: SREC
- (1982). "Posfácio" a *As quatro estações*, contos, de David Mourão-Ferreira, ed. D. Quixote
- (1982). *Imitação da morte*. Lisboa. Moraes.
- (1983) in *Diário de Notícias* de 16 junho.
- (1984). *Imitação da morte*. 2º ed. Lisboa. Ed. Moraes.
- (1984) *Invocação a um poeta e outros poemas*. Poesia. Angra. SREC
- (1985). "O plural Bernardo Soares". *Revista Colóquio-Letras* Ensaio 83 janº: 46-55
- (1985). "Caeiro «traditore»? " in: *Revista Colóquio-Letras* Ensaio 88 novº: 48-56.
- (1985). *Fernando Pessoa: Coração Despedaçado, subsídios para um estudo da afetividade na obra poética de Fernando Pessoa*. Ponta Delgada, Universidade dos Açores
- (1985). "Os géneros literários e o Livro do desassossego." 2º *Congresso Internacional de Estudos Pessoaanos*. Porto. Centro de Estudos Portugueses: 207-228
- (1986). *Temporal*. Poesia. Providence, ed. Gávea-Brown
- (1987). "Recensão" crítica a *O universo imaginário de Vergílio Ferreira* de Helder Godinho, *Revista Colóquio-Letras* Recensões Críticas 95 janº: 130-132.
- (1987). *Contos infernais*. Ponta Delgada, Brumarte ed. Signo
- (1987). *David Mourão-Ferreira, narrador*. Lisboa. Vega.
- (1987). *Contrabando original*. Lisboa. Vega.
- (1987). *Domiciano*. teatro. Angra. DRAC. Prémio Armando Côrtes-Rodrigues. SREC
- (1987). "Ainda a questão da literatura açoriana" in *Para Uma Literatura Açoriana*. Ponta Delgada, Universidade dos Açores: 9-32.
- (1987). "Atualidade da literatura açoriana" in *Para Uma Literatura Açoriana*. Ponta Delgada, Universidade dos Açores: 111-124
- (1987). *Teoria da literatura: relatório sobre o programa*. Ponta Delgada, Universidade dos Açores
- (1988). *David Mourão-Ferreira, a obra e o homem*. 2ª ed. Lisboa. Vega

(1988). *Vitorino Nemésio. À luz do verbo*. Lisboa. Vega

(1990). *Memória da Terra*, col "O chão da palavra, Ficção". Lisboa, ed. Vega

(1990). "Articulação exclusiva e critérios de exclusão", *Revista Colóquio-Letras* Notas e Comentários 113-114 janº: 185-190.

(1990). "O pesadelo de Bafatá" *Revista Colóquio-Letras* Ficção 115-116 mai: 103-108.

(1991). "O drama camiliano de Vitorino Nemésio" *Revista Colóquio-Letras* Ensaio 119 janº: 136-143.

(1991). *Lugar de massacre*. 2ª ed. Círculo de Leitores

(1992). "Algumas ficções de Antero de Quental" *Revista Colóquio-Letras* Ensaio 123-124 janº: 108-119.

(1992). *Katafaraum ressurreto*, ed. autor

(1993). "Os géneros literários e o Livro do desassossego." 2º Congresso Literatura Comparada: 263-281

(1995). *Katafaraum ressurreto*, ed. autor

(1995). *David Mourão-Ferreira, Narrador*. 2ª ed. Lisboa. Vega

Garcia. José Martins (1995) *Exercício da Crítica*. Lisboa, ed. Salamandra

(1996). *No crescer dos dias*. Poemas. Lisboa, ed. Salamandra. col Garajau

(1996). *Lugar de massacre*. 3ª ed. Lisboa, ed. Salamandra. col Garajau

(1997). *Contrabando original*. 2ª ed. Lisboa, ed. Salamandra, col Garajau

(1998). *Contos infernais*. Ponta Delgada, Ed. A J Marinho Matos, Brumarte

(1998). *A fome*. Lisboa, ed. Salamandra

(1999). *(Quase) teóricos e malditos*. Lisboa, ed. Salamandra

(2000) in *Nove rumores de mar, Antologia de Poesia Açoriana Contemporânea*, org. Eduardo Bettencourt Pinto e Vamberto Freitas. Instituto Camões e Seixo Publishers

(2006) "Intro" in *Vitorino Nemésio, Obras Completas, 21 vols*. Lisboa. IN-CM vol. 8 *Mau tempo no canal*: 14-15

(2009). *Português contrabandista, antologia de contos de todos os seus livros, a maior parte inexistente no mercado*. Lajes do Pico, ed. Companhia das Ilhas

(2011) in *Antologia Bilingue de Autores Açorianos Contemporâneos* de Helena Chrystello e Rosário Girão. AICL, *Colóquios da Lusofonia*, ed. Calendário de Letras, Vila Nova de Gaia

(2012) in *Antologia de Autores Açorianos Contemporâneos* de Helena Chrystello e Rosário Girão. AICL, *Colóquios da Lusofonia*, ed. Calendário de Letras, Vila Nova de Gaia

(2013) in *Coletânea de Textos Dramáticos* de Helena Chrystello e Lucília Roxo. AICL, *Colóquios da Lusofonia*, ed. Calendário de Letras, Vila Nova de Gaia

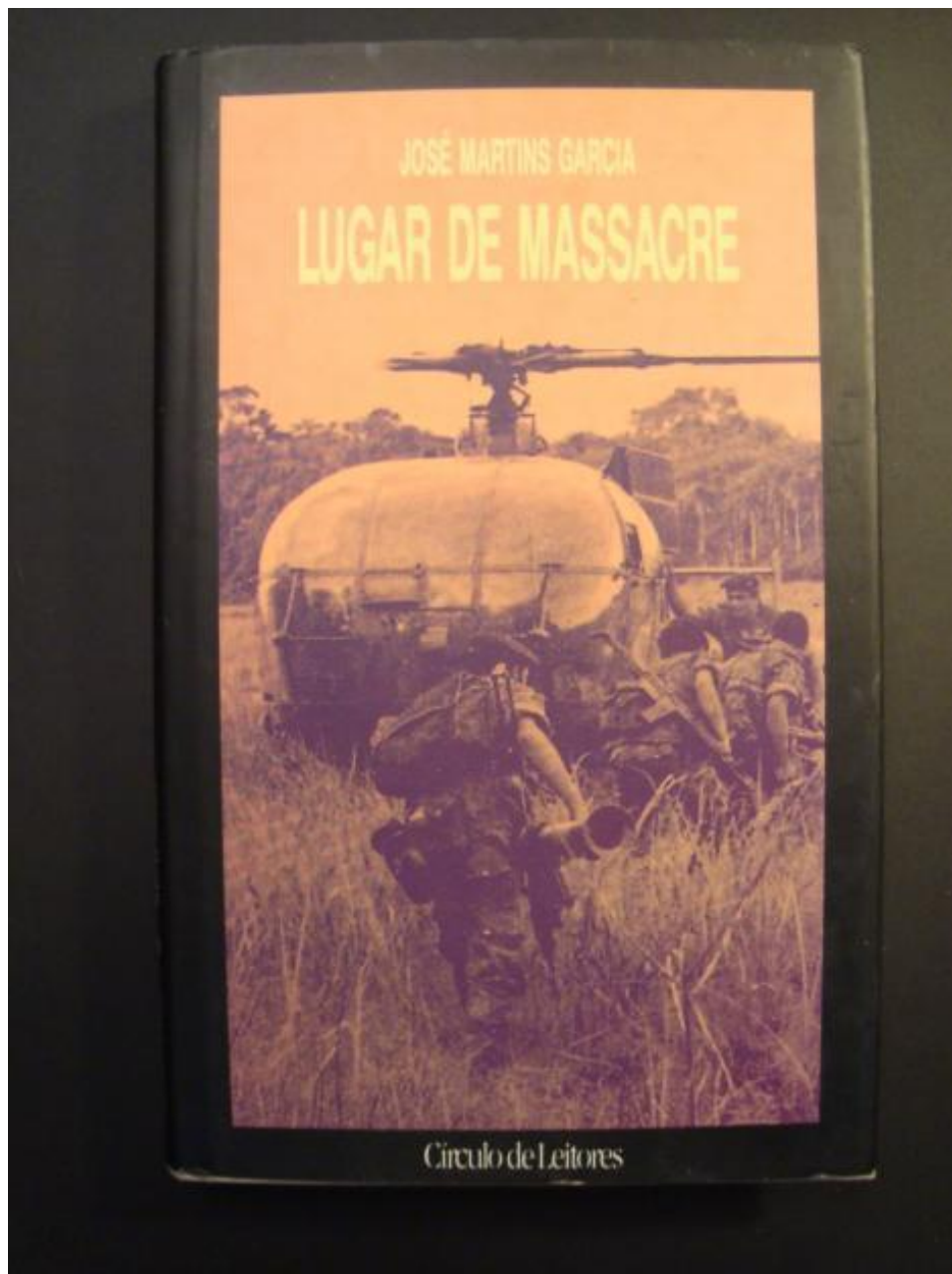
(2016). *O medo*, ed. Companhia das Ilhas

(2016). *A fome*, ed. Companhia das Ilhas

(2016). *Lugar de massacre*, ed. Companhia das Ilhas

Atualização da bibliografia em <https://www.lusofonias.net/5-bga-bibliografia-g-a%C3%A7orianidade.html>





Ao chegar à Guiné-Bissau, armado com uma lança do comprimento da história, o jovem conde d'Avince lançou à planura um formidável olhar de lince, marejado e altivo como requeria a circunstância.

Descendente duma família guerreira, cem anos inativa por imposição da paz e da prosperidade, coubera-lhe em sorte retemperar os gumes de antanho. Fizera seu treino com afincos e muita atenção ao espírito traiçoeiro, o qual – diziam as sabenças – lograva utilizar nos novos tempos conturbadas artimanhas, diabolicamente sagaz, conversor dos ânimos mais débeis em cidadelas da demolição. Contra tais tropelias e afins, estava prevenido o jovem conde, tendo bebido, durante os quinze meses de treino, três colheres diárias de *medicina spiritualis*, uma beberagem de endurecer a razão e os músculos, a qual, aliada aos três amuletos de intocável virtude, que a condessa-mãe lhe cosera no cós de cinquenta pares de cuecas lavadas, garantia não só a invencibilidade mas também a glória.

A longa vacinação contra o espírito traiçoeiro começara, aliás, para o conde d'Avince, no berço de nobres vagidos. A forma tardia como adquiriu a linguagem – aos três anos ainda não articulava coisa compreensível, segundo depoimento da condessa-mãe – demonstrava uma iniludível defesa contra os perigos da boca, canal tão sujeito aos diabólicos ardis como o auricular: vias de profanação, perdição, conspiração, excomunhão. Foi assim o nobre conde, desde a mais tenra idade, sujeito a soberbas privações, dessas que, atenuando as arestas ruins da sensibilidade, fortalecem o espírito, enrijecem a ancestral medula, atrasam os ímpetos lascivos e temperam o ânimo do combatente.

A condessa era virtuosa. Por virtuosa, desposara o homem da sua vida, pálido, louro, tímido, casto, de brasão antigo, de fortuna incerta – mas todo ele aprumo. Uma lua após o himeneu, Dona Violante continuava virgem e dava graças ao céu pela correção do esposo. Dom Teodósio, angelical, desflorou-a numa noite chuvosa, depois de algumas

consultas, caras, a um especialista. Quando a condessa se convenceu do interessante estado, Dom Teodósio entregou-se com assiduidade às reuniões que, no fundo, constituíam a sua razão de ser. Dom Teodósio presidia à Liga para a Salvação do Passado, organismo completamente brasonado, cujas sessões se desenrolavam até de madrugada agrupando fidalguias, projetos e lamentações. Fiéis súbditos do rei destronado, eram todos pela elite e pela hierarquia, não desdenhando a ajuda de alguns lacaios, entre os quais figuravam alentados marujos. Era a obra, era a causa.

Só dois anos depois, já mãe devotada, a condessa descobriu o lado acerbo de tão sublime militância. Dom Teodósio, agredido na nuca, desmaiara, em trajos menores, num variado mar de sumos. Tinham os lacaios levado, a par de algumas garrafas e estatuetas orientais, a carteira do anfitrião. Então a condessa seguiu seu próprio destino, para sempre amargurada, para sempre casta, jurando para sempre subtrair o filho a nefastas influências. Adquirira um tique virtuoso ao canto da boca e, meses volvidos, ao saber da invenção da panaceia antidemo, comprou na Farmácia da Pureza um ror de boiões.

[...]

À custa de resignações e desprendimentos, a condessa zelou. Para seu filho nunca se misturar com a plebe. Para nunca se contaminar no ensino público. Para não conviver com grosserias. Para a sanidade no vocabulário, para o gesto ancestral, o beija-mão de raça, o justo ângulo duma visão superior, o gosto pela sinfonia, a condescendência para com a ópera, o elogio da tourada à antiga, o conhecimento da heráldica e o horror das leituras filosóficas. Mediocrementemente – prova de gosto eleito! –, o conde d’Avinça fez sua particular escola, decorando mais genealogia do que história e não obtendo sempre o aplauso dos pedagogos, os quais, por corrupção dos novos tempos, nem sempre reverenciavam a linhagem. Com alguns desaires e outras tantas incompreensões, o jovem conde ultrapassara os vinte anos quando lhe puseram ante os olhos a tabela das ocupações futuras. Olhando-o no seu aprumo longilíneo e casto, a condessa teve de reconhecer-lhe uma certa inépcia para a carreira das armas, onde a elite lhe exigia a robustez física a par dos princípios sólidos. A Faculdade das Armas foi assim desaconselhada ao jovem. Inscreveu-se na Academia das Leis, essoutra forma de dignificar um ideal. Reprovou em todas as matérias e a guerra alastrava. Foi chamado à carreira das armas, a título complementar.

[...]

Lugar de Massacre. Lisboa, Edições Salamandra, col. “Garajau”, 1996, 3ª edição (1ª edição: Lisboa, Ed. Afrodite, 1975; 2ª edição: Círculo de Leitores, 1991), pp. 9-11.



A montanha, pano de fundo de variado colorido, caprichava no moldar das nuvens. No inverno cobria-se de neve até aos baldios. E em raras tardes límpidas de verão, anilava-

se de encontro à abóbada. Muita gente jurava ter avistado em madrugadas serenas uma coluna de fumo a emergir da cratera, embora os mais sábios falassem dum vulcão extinto e remetessem para um passado efetivamente findo os grandes arrotos de lava.

Dona Matilde cantara a majestade da montanha em quadras bem rimadas donde se evolava o sentido do mistério, obstinadamente misturando Deus com os abalos de terra, desencantadamente segura da pequenez humana. [...] Inscrevo-a [a montanha] na página da minha raiva, toda agredida pelos inúmeros pés que me calcaram, no regresso à Europa e nas múltiplas caminhadas, nos porões deste mundo e no subsolo do entendimento, na loucura que me enfiou o colete-de-forças, no meu encontro noturno com os demónios e no tempo aberrante que me foi dado conhecer. E encomendo-lhe o maior de todos os meus diabos, a solidão, desde o momento em que me vi sozinho sobre as pedras negras da ilha, com o companheiro cão de olhos flamejantes, entre a costa escarpada e o cume da montanha, encarregado dum povoamento cujo sentido me escapava, dispondo para tal fim do meu único corpo e do solo pedregoso onde vertia o sémen.

[...]

Sair duma ilha obriga a fomes e a tormentas. O padre António Cordeiro, excelente latinista entre outras habilitações, meteu-se ao mar, no século XVII, por fome ou tédio ou amor da cultura. Navegava a nau rumo a Lisboa quando os espanhóis a apresaram. António Cordeiro foi levado a Gibraltar, onde o demónio da curiosidade lhe inspirou a fuga. Reconduzido ao porão, foi condenado à morte. Valeu-lhe a imaginação, aquela veia inventiva e hiperbólica que mais tarde lhe ditaria algumas afirmações deveras originais. Avizinhava-se o último instante quando António Cordeiro se lembrou de recitar a *Eneida*, em bom latim. Os espanhóis ficaram deslumbrados por tamanha memória. E assim António Cordeiro escapou à forca, demonstrando a grande utilidade do saber clássico.

[...]

E veio lecionar Teologia em Coimbra, onde, ajudado pela memória prodigiosa, redigiu a *História Insulana das Ilhas a Portugal Sujeitas*, na qual obra conseguiu, em muitíssimos passos, superar em grandeza suspeita o testemunho atribuído a Gaspar Frutuoso, nas *Saudades da Terra*, segundo o qual um ermitão se achou que por seu modo tinha ordenado uma embarcação; foi perguntado a que fim a fazia? Respondeu que da parte da Ilha do Pico, que é menos uma légua do mar em meio aonde se vê o gado andar pastando, lhe aparecia uma mulher vestida de branco que o chamava de lá que se fosse ter com ela e, por ver para si que era Nossa Senhora, queria fazer aquele barquinho

[...]

acabou a obra do barco que fazia e se meteu no mar sem nunca mais ser achado, nem visto, pelo que se teve por certo que quem o chamava era o Demónio que o enganava e

persuadindo-se que era a Virgem Nossa Senhora foi meio esta capa de Santidade deste pobre morrer afogado, sem haver mais nova dele, nem do barquinho que fazia.

Tragédia que António Cordeiro guardou na memória, escrevendo por sua vez:

...um Ermitão de boa vida, por a fazer mais solitária, se foi para a Ilha do Faial de morada: iam no verão alguns a ver as fazendas, que lá tinham tomado, e seu gado, e visitavam o dito Ermitão, e achando que ele tinha preparado uma embarcação, respondeu que da vizinha Ilha do Pico lhe aparecia uma mulher vestida de branco, que o chamava de lá, que se fosse para ela, e que por lhe parecer que era a Virgem Senhora, fazia aquele barquinho, de couro por fora, e determinava passar lá quando a Senhora outra vez o chamasse:

[...]

contudo o Ermitão ficou acabando o seu barquinho e se meteu nele ao mar, e nunca mais foi visto nem achado; e assim o demónio com capa de santidade fez morrer aquele Santo Ermitão, sem dele nem do barquinho se saber mais.

A Fome. Lisboa, Edições Salamandra, col. Garajau, 1998, 2ª edição (1ª edição: Ed. Afrodite, 1978), pp. 12-15.



A primeira vez que falei com Vitorino Nemésio foi no mês de julho de 1960. Encontrámo-nos numa situação banal no quadro da vida académica: ele era o examinador, eu o examinando. A matéria em causa era a da cadeira que então se intitulava ‘Teoria da Literatura’, constante do currículo do primeiro ano de Filologia, Clássica, Românica ou Germânica.

Estou a ver o Prof. Nemésio atrás da secretária, lá nos píncaros onde se administra a justiça, ladeado por David Mourão-Ferreira, que regea nesse ano a ‘Teoria da Literatura’.

[...]

Vitorino Nemésio não falava *ex-cathedra*, nem no sentido próprio nem no sentido figurado da expressão. Enquanto predicava, passeava pela sala, por entre as carteiras, às vezes sopesando um relógio de bolso que entrou no anedotário benévolo da rapaziada. Também se contavam anedotas acerca da proverbial distração de Nemésio. Uma *blague* em circulação relatava a atrapalhação do Mestre ao descobrir em plena aula que trazia vestido, sob o paletó, o casaco do pijama. Outra *blague* garantia que Nemésio, chamado ao telefone de manhãzinha, começara por pedir desculpa ao interlocutor por não se apresentar devidamente engravatado... Em suma: as anedotas referentes a Vitorino Nemésio incidiam quase todas na tradicional imagem do sábio distraído.

[...]

Também lhe comentavam a surdez. Na récita de finalistas do meu curso, realizada no Teatro Avenida, aí por maio [?] de 1964, puseram em cena um tal *Mikerinus Amnesicus* decalcado em alguns traços do Mestre. Nemésio escreveria, nas Notas Autobiográficas, em 10 de agosto de 1971: ‘por alguma razão trocadilham com o meu nome e distração: mas eu só sou distraído das camadas grossas do convívio’.

[...]

Mas a verdadeira revelação de Vitorino Nemésio enquanto ser convivente estava-me reservada para o verão de 1961. Nos primeiros dias de agosto, terminados os exames universitários, embarcámos no ‘Carvalho Araújo’, rumo às nossas Ilhas. Nemésio ia fazer sessenta anos; eu tinha feito vinte.

Nesse tempo, os dois vapores da carreira das Ilhas eram o ‘Carvalho de Araújo’ e o ‘Lima’, os quais, mais ou menos de quinze em quinze dias, zarpavam num périplo verdadeiramente antiquado. Cerca de dois dias de viagem até à Madeira (o ‘Carvalho Araújo’ dava doze nós; o ‘Lima’ raramente atingia os dez). No Funchal o vapor ficava para ali atracado à doca durante o tempo que fosse necessário. Depois eram mais dois dias até Santa Maria. Escala breve, e logo rumo a São Miguel. Aí a demora também era considerável. Saía-se de Ponta Delgada, regra geral, por volta da meia-noite. Na manhã seguinte estávamos na baía de Angra do Heroísmo. Aí ficou Vitorino Nemésio.

A bordo do ‘Carvalho Araújo’, Nemésio gostava de conversar, por vezes apoiado à amurada. Lembro-me muito bem da seguinte opinião do Mestre: ‘Sabe, eu já viajei em transatlânticos modernos... mas no fundo não há nada que chegue a um destes chavecos da Insulana! Aqui é que uma pessoa sente o mar. Um transatlântico é afinal um hotel. Isto não!’

[...]

Falávamos muito dos Açores. Nemésio, sabendo que eu era picaroto,

[...]

resolveu aferir certos pormenores de *Mau Tempo no Canal*.

[...]

Estávamos lançados no terreno das literaturas.

[...]

Manter esse trato quotidiano com Vitorino Nemésio, durante seis dias de viagem, a bordo do velho ‘Carvalho Araújo’, cheirando o mar, evocando os Açores, avaliando a transmutação da realidade insular na obra do escritor - eis o que constituiu para mim uma experiência aliciante e que hoje me é indelével lembrança. Só um contra: talvez a minha imaginação se tenha então definitivamente entregue ao ato de escrever...para minha desgraça!

[...]

Foi durante o ano de 1975 que voltei a ver Nemésio com maior frequência. Apesar do seu estado de saúde, compareceu algumas vezes a reuniões de carácter intelectual, num período em que a liberdade de expressão parecia extremamente ameaçada.

[...]

Encontrava-o por vezes em casa de Natália Correia, narrando peripécias de outros tempos. Pedia-me que o visitasse. Lá fui, à casa da Rua da Sociedade Farmacêutica. Falávamos menos de literatura do que da crise da sociedade portuguesa. Nemésio tinha a noção de que se avizinhava uma catástrofe. Deprimia-o o entardecer. A essa hora gostava de conversar, como que espantando as sombras, as do mundo e as íntimas.

Em dezembro de 1977, eu – que não fui tão assíduo como devia nas minhas visitas a Nemésio, *mea culpa!* – telefonei-lhe pedindo autorização para escrever o presente livro. Do outro lado do fio, a sua voz denotou certa hesitação:

- Essas obras às vezes entram em bisbilhotices...
- Mas quem vai escrever o livro sou eu – respondi. – Não haverá bisbilhotices.

Tem a minha palavra!

- Sendo assim, está bem.

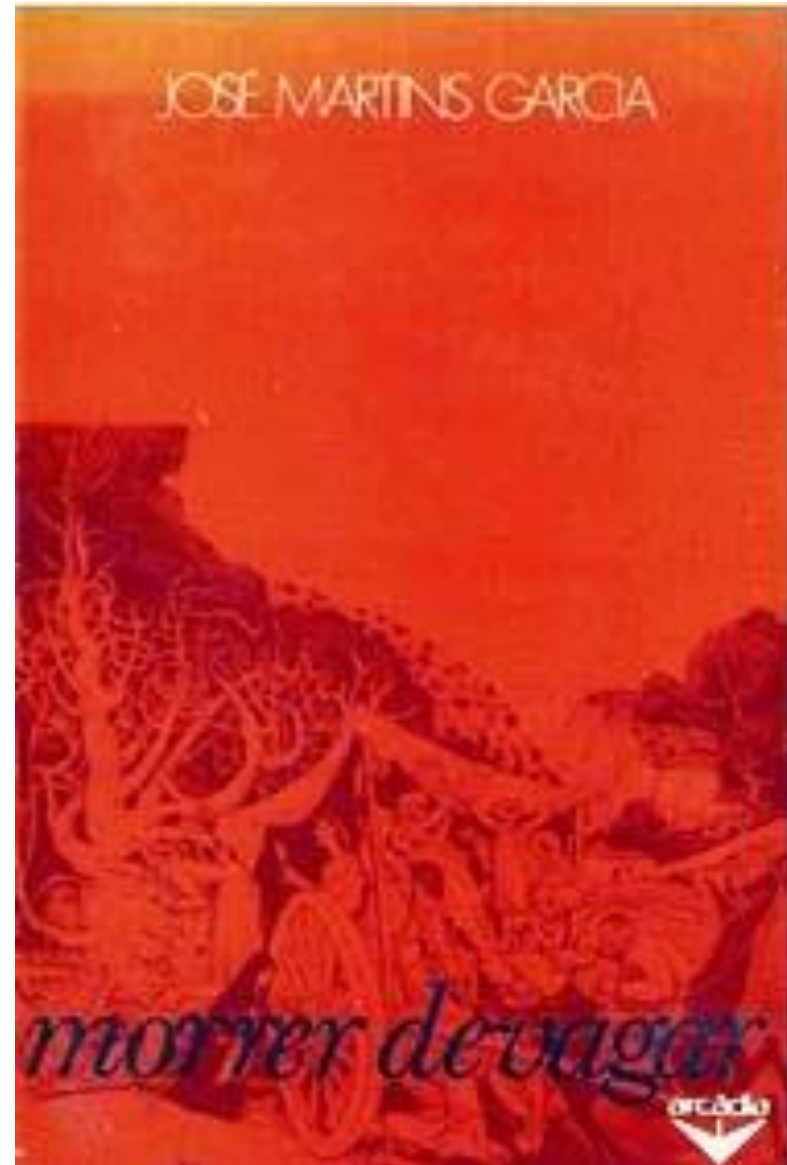
Marcámos encontro.

Não houve tempo. Vitorino Nemésio foi internado no hospital da C.U.F.

Vai morrer, pensei quando me deram a notícia. E senti-me angustiado. Não porque a morte me aflija muito. Nem sequer pelo facto de estar em vésperas de morrer um grande Homem. Fiquei angustiado apenas por ter pensado numa coincidência: este livro começava no momento em que Vitorino Nemésio se preparava para a morte.

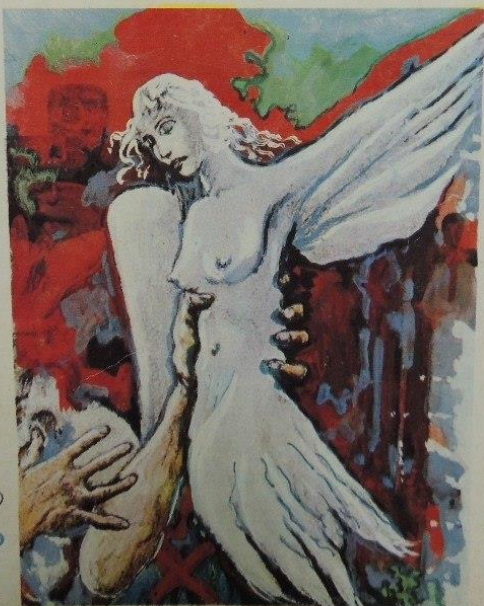
A cada qual a sua culpa!

Vitorino Nemésio. A Obra e o Homem, I – “Visão Pessoal”. Lisboa, Editora Arcádia, S.A.R.L., dezembro de 1978, 1ª edição, pp. 15-22.



**JOSÉ
MARTINS GARCIA**

imitação da morte



JOSÉ MARTINS GARCIA

DOMICIANO

(teatro)



JOSE MARTINS GARCIA

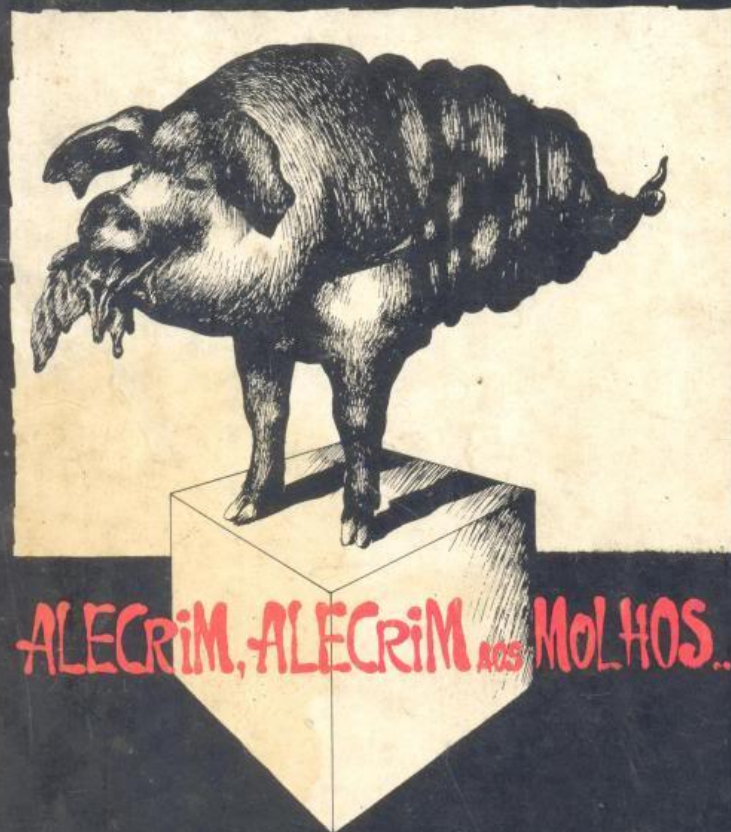
LINGUAGEM E CRIAÇÃO



CustoJusto.pt

cadernos peninsulares | nova série | ensaio 2

josé martins garcia

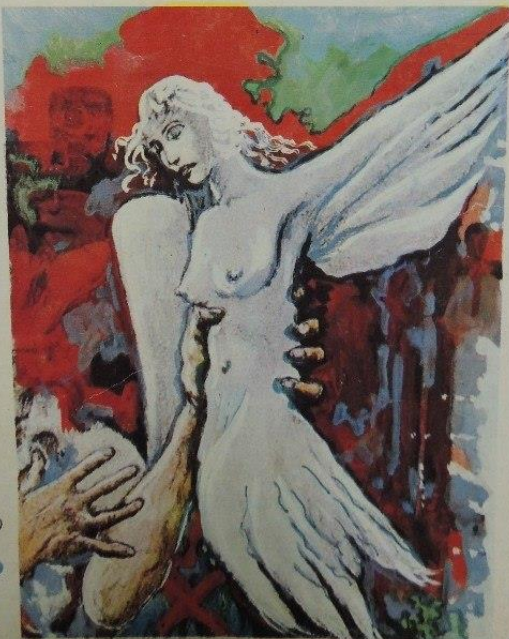


ALECRIM, ALECRIM aos MOLHOS...

fernando ribeiro de mello / edições afronta

**JOSÉ
MARTINS GARCIA**

imitação da morte



MORÆS
editores
círculo
de
prosa

JOSÉ MARTINS GARCIA

O MEDO



Colecção Gaivota/25

Secretaria Regional da Educação e Cultura

Às seis da manhã o relógio da Sé larga quatro badaladas de bronze fendido, seguidas por meia dúzia de avisos expansivos. Angra do Heroísmo empasta-se no fumaço estival, sonolenta em fachadas e ruas desertas. Só para as bandas do porto ronca um motor esfalfado de viagem velha e reinício. O anúncio do sol clareia o cume do Monte Brasil enquanto, mais nas faldas, os pinheiros – sentinelas decorativas do presente – miram a água da baía, calma e negra, que me guarda uma mensagem sibilina.

Vista do cais onde acosta o iate, a cidade, toda ela, evoca uma fortaleza. Não existe aqui uma avenida marginal, esse luxo ribeirinho para turista, nem as casas se dispõem, acomodadas, rente à beira d'água. Angra parece-me implantada ao alto de supostos quebra-mares. Dir-se-ia que algum ribeiro a atravessou num tempo anterior à descoberta, e nesse escoadouro, uma vez seco, se traçou a rua principal, a que vem desaguar no Pátio da Alfândega, junto à fachada duma igreja. Angra é um monte de socacos irregulares, assim olhada do Porto de Pipas na manhã acinzentada e morna.

Sopraram sobre a ilha os ventos de mudança, seguidos de pássaros metálicos que têm pousado para as bandas das Lajes; mas o iate arrimado ao Porto de Pipas prolonga o cirandar periclitante dos barcos do Pico através do arquipélago.

[...]

Este, o 'Espírito Santo', já muito estrebuchou contra estes mares. Estampou-se-lhe na proa o sinal da resistência: escoriações impressas na tinta negra do casco, arranhões que ora lhe rendilham o nome do barco e o número de matrícula.

[...]

O 'Espírito Santo' zarpa com três humildes buzinelas, rumando à ponta do Monte Brasil, enquanto uma toalha de fulgor embaciado vem de Leste brigar com o azul-ferrete da baía. Percorro os escaninhos com uma indolente saudade. Não sei há quantos anos viajei neste ou noutro iate semelhante, aqui interilhas, olhando escarpas, falésias, promontórios, faróis da costa ou da imaginação, massas de água, rochas, penedos, ilhéus, securas de lajido, verdes de serra, estrelas ou almas dum ontem caprichoso.

[...]

Por enquanto o iate vai arrostando com o fugaz sentido de tanto e tanto fragmento desavindo. A sua marcha ronronante é como a investida lenta e regular da claridade sobre a riqueza multicolor do Atlântico e a Ilha Terceira já perdida além, atrás, a estibordo, à ré. O vento norte areja a manhã de julho, e para a frente as águas ovelhadas – onde pequenas cristas se esfarelam, brancas, sobre um cinzento de quando em quando azulado – avisam de um pedaço de trambolhão para mais tarde, após desamparados pela Terceira, e antes de dobrarmos o Topo. São Jorge é fumo à proa, enorme peixe rochoso de cabeça ameaçadora e cada vez menos morrinhenta.

[...]

Tenho quase vinte anos. Evelina continua imóvel, imóvel e contorcida para além da verosimilhança. Sento-me a seu lado e, sem surpresa, observo-lhe os olhos, os olhos de outrora. O tempo não os varreu, não os mordeu, não os fechou, não os descoloriu. Lá

estão também as abas do nariz sempre muito acentuadas, agora talvez um pouco mais dilatadas por este cheiro a distância, oriundo do Norte, daquela mancha de névoa mais escura que é a Graciosa. A Terceira também poderia neste momento passar por nuvem arredondada absorvendo a onda ou ressuscitando um novo mundo, Atlântida ou Ilha Encantada, dessas que nos povoam e envenenam a fome de horizonte.

[...]

O Medo. Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura, col. "Gaivota/25", 1982, pp. 11-17.



VERSOS DE PÉ-DE-GALO

estou farto de coisas sérias. quem me dera no tempo em que gostava de expelir umas quantas lérias. umas vezes rimadas. outras só sorridas. outras choradas mas sem lágrima visível.

quem me dera apoitado num café lisboeta que lá ao menos havia montes de gente visível de quem um homem escarnecer. quem me dera até enclausurado na ilha verdadeira – boa piada! – que me coube em sorte porque aí a minha morte seria pretexto para o sino dobrar inequivocamente.

ah como é enorme a terra americana! vasta oeste e soberana! recheada de imigrantes cuja pele por dentro ou por fora vai branqueando conforme as poses de cada pele. ou então por efeito de sucessivos invernos gelados. como estou cansado! como estou velho! cinzento velho triste desgarrado gasto!

farto de coisas sérias. farto de coisas tristes. e no entanto triste e sério como um cadáver esquecido num matagal anónimo.

se ao menos eu pudesse rir! rir mesmo. por fora e por dentro. morto ou vivo. rir mesmo torturado por lágrimas biológicas. efetivas. salgadas. quentes.

se ao menos eu pudesse chorar! chorar de riso o que ainda seria o mais saudável.

mas não. estou farto de coisas risíveis. estou farto dos outros. estou fartíssimo de mim.

[...]

ah Nemésio Nemésio meu professor de literaturas enormes como o que me falta saber da vida e da morte! ilhéu de alma e olhos e palavra e angústia. cada vez mais deprimido já nem o meu sentir navega nem contigo! sou um novelo sem cor onde nada existe que desfiar. e Jorge de Sena inflexível só comentaria: ‘Sempre disse que é uma desgraça ter-se nascido em português’.

Temporal. Providence (RI., E.U.A.), Gávea-Brown, 1986, pp. 14-16.



IN LOCO

surpreende-me a proximidade
das pedras dos bichos e das fábulas
ao passo que os humanos bolorecem jovens
idênticos a intemporais naufrágios

ilha de quem? de quê? de que basalto ou névoa?
borbulha só da minha consciência?
e o Canadá e a Califórnia e o Massachusetts
que demónios açóricos poderão preservar?

oh lendas de baleias e veleiros e terras novas
oh parentes hoje sem identidade
spikando entre arrotos de vera ou ficta abundância
seus novos mares ilusórios!

eu vos lamento e rio e em português me choro
mais uma vez negando a condição da bruma
hoje efetiva material e des-sonhada
mortalha entre o Pico e o Faial

surpreende-me a existência de coisas como ilhas
depois de haverem sido textos meus
surpreende-me a nuvem esmagante
depois de me ter sido vocalismo errante

surpreendo-me eu próprio ao mastigar palavras
em português no meio do Atlântico sem Atlântida
e surpreende-me que os mortos não ressurgam
não compareçam ectoplasmas de sargaço
no fumo do meu charuto talvez americano
[...]

Temporal. Providence (RI., E.U.A.), Gávea-Brown, 1986, p. 31.



PAZ E LIBERDADE

Às treze horas Dona Miquelina não sabe ainda se sonha, se discursa ou escuta discursar.

[...]

Está no restaurante onde se amontoam dezenas de monólogos todos imbuídos de unção gastronómica, decrescente em matéria, alargada porém no sorriso esperançado. Dona Miquelina arrebatada, retórica, definitiva, o prato, o talher, o copo, a sobremesa, o café.

[...]

Às treze e dez um tuberculoso engasga-se, o enfarte atinge um patrão depenado, um rico-que-pague-a-crise dá porrada na derradeira amante, quinhentos gatunos em trezentos locais diferentes arrombam cofres que não valiam a pena, um homem levanta coisas tremebundas atrás dum balcão, a garotita dos seios culposos é violada na cave, a polícia sonha com a maneira de se inscrever num progressista partido que lhe pague algum e a isente de suspeitas malsãs, Dona Merícia adormece sem ter concluído o soneto,

[...]

Às treze e vinte acaba-se o noticiário radiofuso e o gerente declara que se esgotou a sopa de abóbora.

[...]

Às treze e vinte e cinco rebenta a torneira grande na cozinha.

[...]

Às treze e trinta a comissão administrativa da ‘Nau Catrineta’ consegue sair à vela rumo ao quartel dos bombeiros,

[...]

Às treze e trinta e cinco a ‘Nau Catrineta’ afunda-se deixando a flutuar para a posteridade o gorro do cozinheiro-chefe.

Às treze e quarenta e cinco o festival náutico redonda. O ministro das pescarias subscreve um comunicado de teor claramente neocolonialista

[...]

Às catorze em ponto renasce uma grande esperança: a da iminência do fim do mundo. Defraudada às catorze e um, a esperança boceja.

[...]

Às catorze e cinco, Dona Miquelina

[...]

Sente-se inquinada e pensa meter atestado médico.

Às catorze e dez o Grande Conselho pensa reunir-se lá mais para a noite. Num prédio meio construído, a Construção Civil começa a assobiar. O capataz trauteia a ‘Internacional’.

[...]

Às catorze e quinze, a Genoveva acorda e faz a contabilidade do que ontem ganhou à custa do pelo, honra lhe seja.

Às catorze e vinte, o Júlio, espreguiçando-se, berra pelo café

[...]

Às catorze e vinte e cinco, secretamente, o Grão-Sacerdote da Ordem dos Magos manda chamar à alcova o Chefe da polícia privada, que não existe.

[...]

Às catorze e trinta o Presidente da Assembleia dos Velhinhos ainda vai no primeiro arrote. Um cacilheiro abalroa um navegador solitário. A comissão de trabalhadores dos inválidos profissionais decreta uma paralisação intermitente – de três em três minutos – caso o governo-e-afins não lhe reconheça a candidatura ao Prémio Nobel.

Às catorze e trinta e cinco, três bêbados armados de pistolas de plástico roubam a última documentação fidedigna e relativa ao processo sumário de Humberto Delgado.

[...]

Às catorze e quarenta reina a paz em todas as províncias do império. O governo da Madeira diz que não é africano; o governo dos Açores garante que não é regional.

[...]

Às catorze e cinquenta os comerciantes de droga avançam sobre o Rossio.

[...]

E enquanto não soa o sinal horário das quinze horas, reparemos na função social do almoço prolongado de José Esperança. Há bem vinte anos que, sozinho, se senta a almoçar diante dum público chique e vai debitando: *‘Trabalhadores de todo o mundo, descansai!’*

[...]

Dona Miquelina está deprimida, Júlio Esperança jaz soberbo. Genoveva diz que não aguenta mais. Júlio pespega-lhe uns estalos de manual.

[...]

Às quinze e um quarto, depois de escassa pausa, todos os animais iguais se encaminham para o trabalho.

[...]

Às quinze e trinta, numa assembleia

[...]

vinte e sete representantes dos oprimidos protestam contra as técnicas falíveis de alfabetização.

[...]

Às quinze e quarenta o povo torna-se unísono.

[...]

Às quinze e quarenta e cinco o unísono vira falsete. Na pensão de Dona Hermengarda, ali mesmo no coração de Lisboa, Leão Rasputine, polícia reformado, descarrega o carregador com inusitada coragem sobre um casal ilegítimo que lhe (ao assassino) perturbava a rêverie portuguesa.

Às quinze e cinquenta, perante os berros de Hermengarda, a polícia não chega, pois os telefones estão em greve há três meses.

[...]

a brava Hermengarda inscreve no frontispício da sua fachada honrada: SOCORRO, CAMARADAS!

Às quinze e cinquenta e cinco, um ‘Mercedes’ estonteado atropela mortalmente uma galeria de artes plásticas. Facto sem consequências, pois às dezasseis o Conselho dos Velhinhos obteve o **quórum** e começa a funcionar à tripa forra. O presidente, o mais ancião como era de esperar, arrota que o ex-país está à beira da ex-economia. A Assembleia boceja... toda a gente estava a par.

[...]

Às dezasseis e trinta os apóstolos da droga, irradiando do Rossio, avançam para a periferia de Lisboa.

[...]

Às dezasseis e quarenta cinco começam a adensar-se as bichas nos supermercados.

[...]

Às dezassete um helicóptero, aproveitando um resto de combustível, sobrevoa aparatosamente a cidade, numa demonstração de que a opulência ainda é possível.

[...]

Às dezassete e quinze, na Marginal, um ladrão empunhando uma G-3

[...]

desfaz à coronhada uma Brigada de Choque das forças de elite.

Às dezassete e trinta o ardina oferece um jornal a quem levar um jornal.

[...]

Às dezassete e quarenta e cinco, o Grão-Sacerdote, depois de nomear um governo relâmpago, assina a lei que proíbe organizações fascistas.

[...]

Às dezoito ficam bloqueadas as portas dos empregos. Arrastando pelo chão um mar de chagas, os pedintes oferecem uma resistência passiva. Há-os falsos, disfarçados,

leprosos à base de unguentos, ceguinhos de olho vivo, manetas de braço dissimulado, pernetas de profissão.

[...]

Às dezanove e quinze, Dona Hermengarda, senhora da pensão respeitável onde ocorreu um assassinio, descobre, à força de recordar fotonovelas, que o melhor é guardar o cadáver na banheira e fechar a sete chaves a porta da casa de banho.

[...]

Às dezanove e trinta um agente identifica-se à porta e começa a apertar a honrada Hermengarda.

[...]

Às dezanove e cinquenta, Dona Hermengarda não desmaia, por ser mulher de guerra.

[...]

Às vinte horas o agente agradece e prepara um relatório: nada viu digno de registo. À mesma hora o ex-país reencontra o oásis televisivo.

Quem está em casa vê televisão em casa. Quem foi apanhado ainda no emprego fica a vê-la no emprego. Quem se encontra na rua fica a olhar a montra onde se exibem os aparelhos de televisão. Diminuem as querelas domésticas. Amantes desavindos adiam a discussão das questões psicanalíticas

[...].

É a hora do primeiro folhetim.

[...]

Às vinte e trinta, fim do primeiro folhetim. O segundo segue-se dentro de breves instantes.

[...]

Às vinte e uma e cinco, termina o segundo folhetim. Um locutor esquelético previne: ‘Dentro de momentos ligaremos ao Conselho dos Velhadas’.

[...]

Às vinte e duas e quinze reúne o Grande Conselho. Porque se faz tarde, decretam logo um intervalo. Declaram aos órgãos de comunicação, quanto à agenda dos trabalhos: ‘Análise do fenómeno fónico-acústico’. Adiante.

[...]

as ruas de Lisboa são percorridas – a partir das vinte e três e trinta já se pode circular razoavelmente – por magotes armados de altifalantes. [...]

Às vinte e três e quarenta e cinco uma apitadela dá o sinal: quebram-se trezentas e quatro montras, arrombam-se duzentos e quinze portas. Joalharias, mercearias, tabacarias – nada escapa ao eminente bando.

Às zero horas em ponto cento e sessenta prisioneiros recuperam a liberdade. É a revolução.

[...]

À uma da manhã os carros de lixo, rangentes e espalhafatosos, ocupam Lisboa.

[...]

Dona Miquelina, que estava a pegar no sono, levanta-se colérica perante o ranger do mundo. Segismundo, seu marido, que anda agora a ler Freud, espeta os olhos no teto e amaldiçoa a sexualidade, fonte de todo o desprazer.

[...]

Às três da manhã, finalmente, o autêntico Zé-povo-pluralista entra em ação. Brigadas constituídas por três pretos e dois brancos começam a dismantelar as calçadas de Lisboa. Reviram pedras gritando ameaças numa linguagem deveras exótica.

[...]

Dona Hermengarda, com o seu cadáver na banheira, não consegue conciliar o sono.

[...]

Uma garrafa, proveniente de direção incerta, parte-se na rua dismantelada pela fúria de três pretos e dois brancos. Um galo estica-se em canto sucessivo. Os gatos ameaçam-se nos quintais. Os cães respondem, histéricos. Empijamados e coléricos, os habitantes uivam das varandas. Avizinha-se um novo dia e o sol brilhará pra todos nós.

[...]

Às cinco da manhã dois gatos visceralmente crentes supõem ter chegado o momento do grande ajuste de contas. Vai acabar o mundo, está visto. Antes disso a justiça impõe um duelo, um daqueles combates frente a frente, em nome da honra e da conquista da fêmea. A coisa requer seus preâmbulos, pois a raça felina costuma agir com solenidade, mesmo num ex-país.

[...]

Dona Miquelina, sem pregar olho, lamenta-se: ‘O diabo dos gatos!’ Segismundo reabre Freud

[...]

Cinco e um quarto. A hora do lobo. Zacarias, crítico de cinema, defende a obra de Bergman. Malaquias, analista político, ofende a referida obra.

[...]

Cinco e vinte e cinco: termina o grande congresso levado a efeito na ‘Voz do Horário’. Decidiu-se, à hora da última e mutilada unanimidade, que Trotsky é o único homem que interessa ressuscitar.

[...]

Às cinco e trinta as ameaças dos dois gatos ciumentos fomentam o início da guerra civil. Lisboa não está em camisa, está triturada por ruídos de terramoto final. Os cães ladram, mas os miados não passam.

[...]

Chove artificialmente às seis horas da manhã. Os políticos sem tacho vão saindo das **boîtes** onde o *[sic]* procuram. Nas redações dos vespertinos, preparam-se as duas páginas essenciais, primeira e última, que o resto é do ano anterior.

[...]

Às seis e quinze começam a moirer os que regressam dos comícios noturnos juntamente com os distraídos que ainda acreditam nos transportes coletivos.

[...]

Às seis e trinta o comboio Lisboa-Porto supõe que viajava do Porto para Lisboa e choca contra o seu duplo. Morre pouquíssima gente, pois quase ninguém se dá ao luxo de viajar.

Às seis e trinta e cinco a Rádio Confusão Portuguesa começa a discursar de sabotagem fomentada pela reação. Às seis e quarenta e cinco, o governo de gestão nomeia uma comissão de inquérito. Às seis e quarenta e oito, três pretos e três brancos fundam um novo partido político antifascista.

[...]

Às sete horas a catástrofe irrompe das mãos do Destino. Dona Pulquéria, a louca, rebenta as cordas do cativo e investe contra dois lobos-d'alsácia, nas traseiras da pensão de Dona Hermengarda, a sobrinha. Dona Pulquéria estava amarrada na despesa desde o dia 25 de abril de 1974, acoimada de louca pelo conselho de família. Não dormia desde essa memorável data. Agora, ciente do seu final papel histórico, desatrela as duas bestias e grita 'A eles, por Santiago!' Os dois lobos-d'alsácia, dentuça ao léu, partem em perseguição dos dois gatos que entretanto continuavam os preâmbulos do duelo.

Às sete e cinco, Dona Pulquéria concitou a celebridade de mortos e vivos. 'luuu...' grita ela, finalmente livre, impelindo os caninos contra os felinos. Os galos espantam-se e, para começar, anunciam a vitória. O papagaio destapa a rolha do vocabulário mais imundo. Dona Hermengarda manda um laço ao manicópio 'Júlio dos Patos' (ainda não sabe que os doidos acabam de tomar o poder) a fim de internar a tia Pulquéria. Nas traseiras dos prédios galopam dois lobos-d'alsácia atrás de gatos esfumados como a madrugada. A rua, por sua vez, está em pé de guerra, cheia de pedras ao deus-dará, obra de três pretos e dois brancos que, na verdade, não deixaram pedra sobre pedra. Dentro da ambulância gritante, morre um asfixiado. 'Não passarão' – grita o partido recém-constituído.

Às sete e trinta o laço de Dona Hermengarda volta para dizer que os loucos tomaram o poder. 'Ai Jesus!' – suspira a pobre senhora. Quem parece radiante é Dona Pulquéria, velha e suja, recém-libertada do longo cativo. 'Que é que eu te dizia, minha safada?' – pergunta à sobrinha. 'Piedade!' – suplica Dona Hermengarda pensando na banheira. A tia replica com o recheio de todas as obscenidades decoradas no Portugal de antanho.

Às oito horas, Dona Hermengarda, apurada por toda a vizinhança, resolve pôr fim aos escrúpulos. Tira um cadáver da banheira e apresenta-o aos cães e demais viventes apregoando: 'Morto é igual a vivo! Eis o meu candidato! Votem nele!'

Às nove horas ainda ninguém chegou aos seus postos de trabalho. Dona Miquelina, às dez, ainda não foi atendida pelo notário, onde a bicha vai mais comprida que num supermercado. Tudo com baixa, a reconhecer assinaturas...vida infernal!

Às dez e cinco começam a funcionar os tribunais. Por ora, o caso mais apaixonante é o pecado do jornalista Pascoais que disse, num fundo, que o coronel Miranda era coxo. O

coronel Miranda é coxo – reconhecem a defesa e a acusação. Mas o problema vocabular é meta-coxo: poder-se-á chamar coxo a um coxo?

Ninguém sabe, nem mesmo à hora do encerramento da audiência.

Às treze horas, de assinatura médica finalmente reconhecida, Dona Miquelina resolve ir almoçar ao habitual restaurante.

Contos Infernais, Ponta Delgada, Ed. Signo, 1987, pp. 7-23.

JOSÉ MARTINS GARCIA

CONTOS INFERNAIS



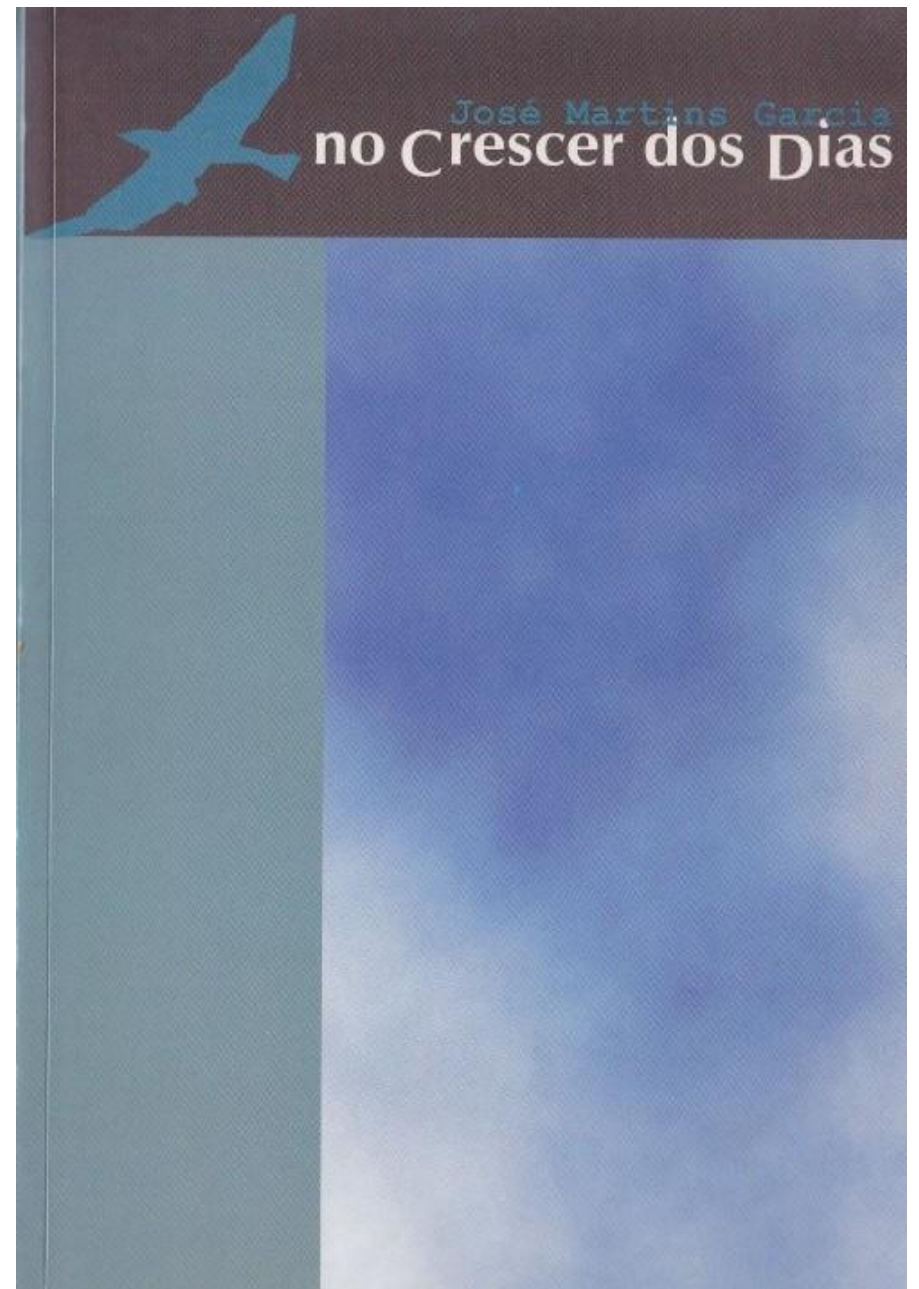
com Assis Brasil

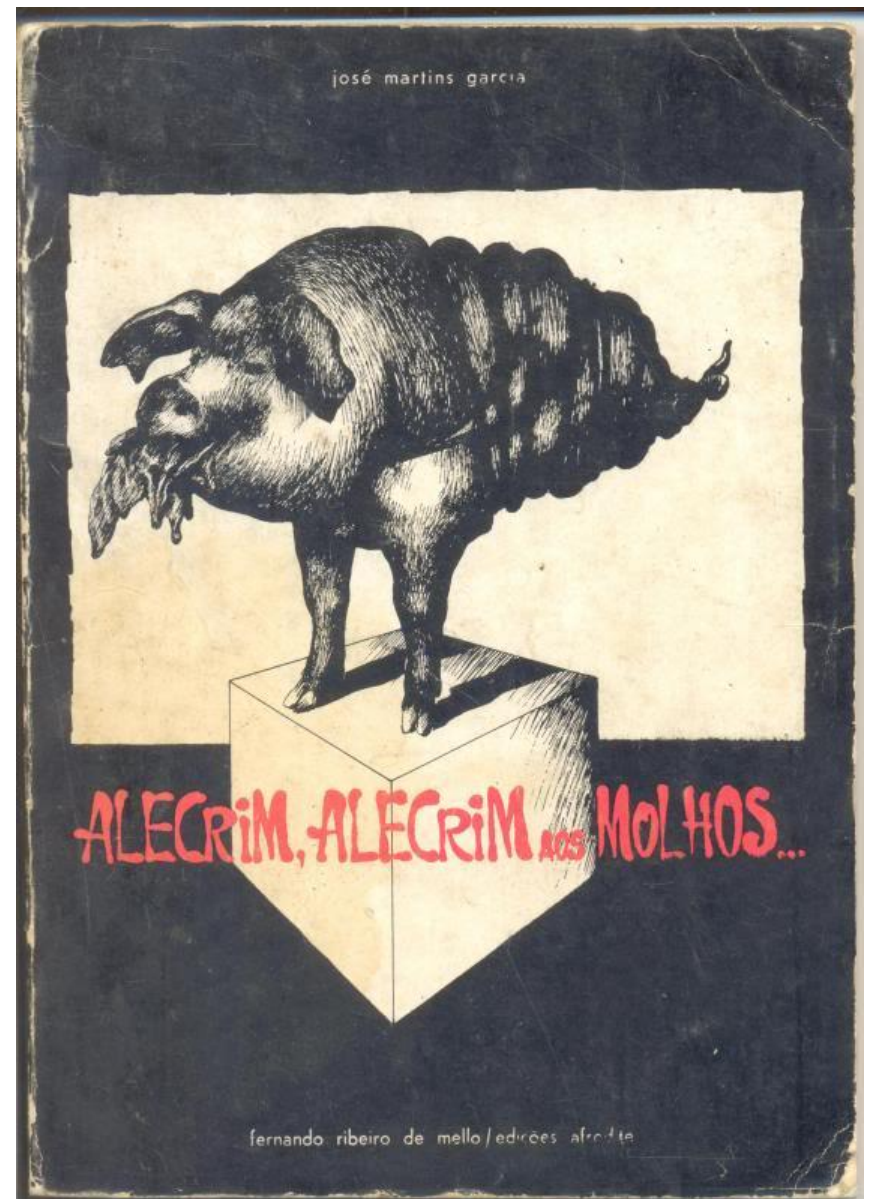
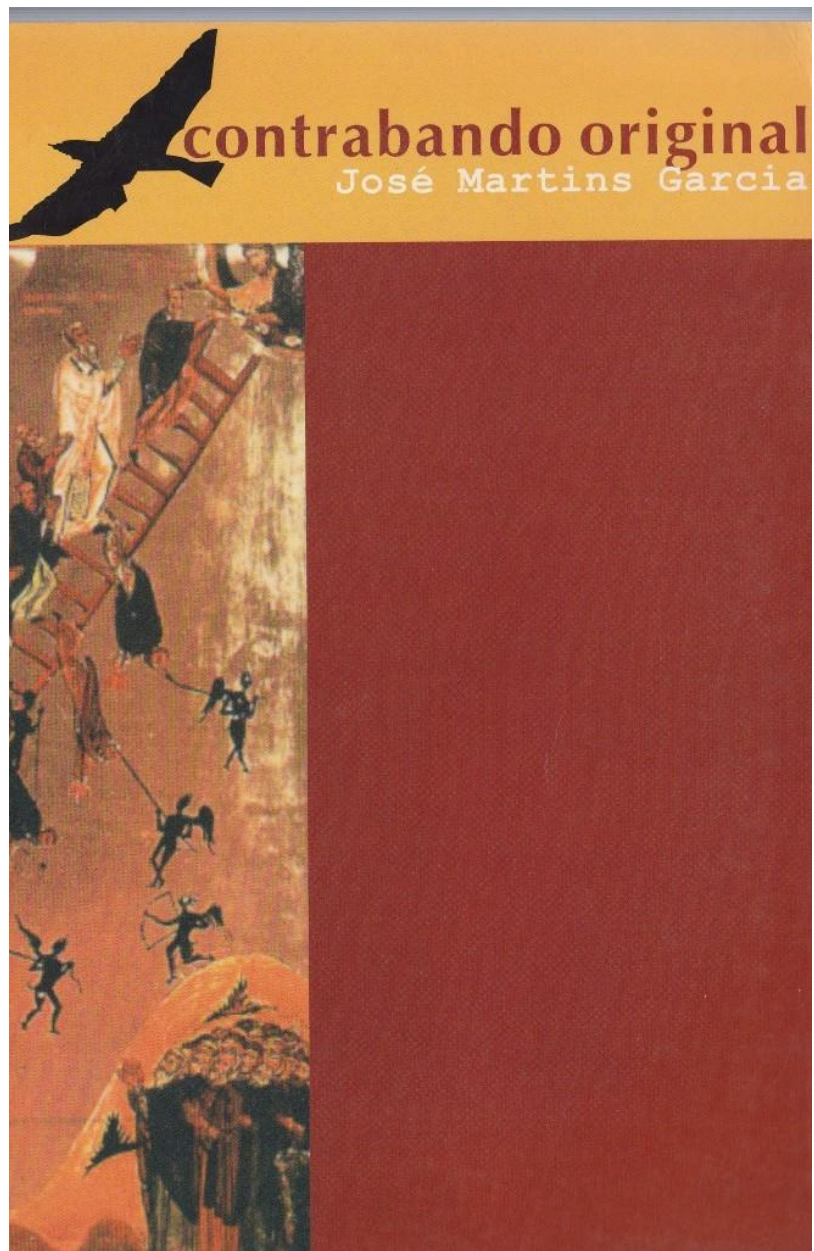
JOSÉ MARTINS GARCIA

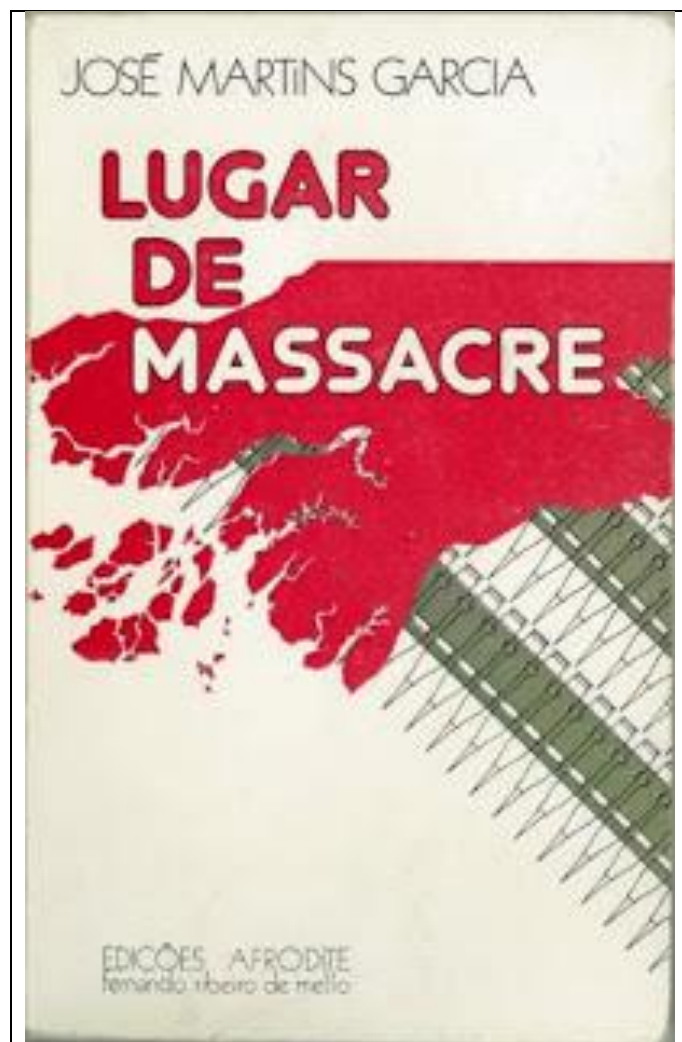
REVOLUCIONÁRIOS E QUERUBINS

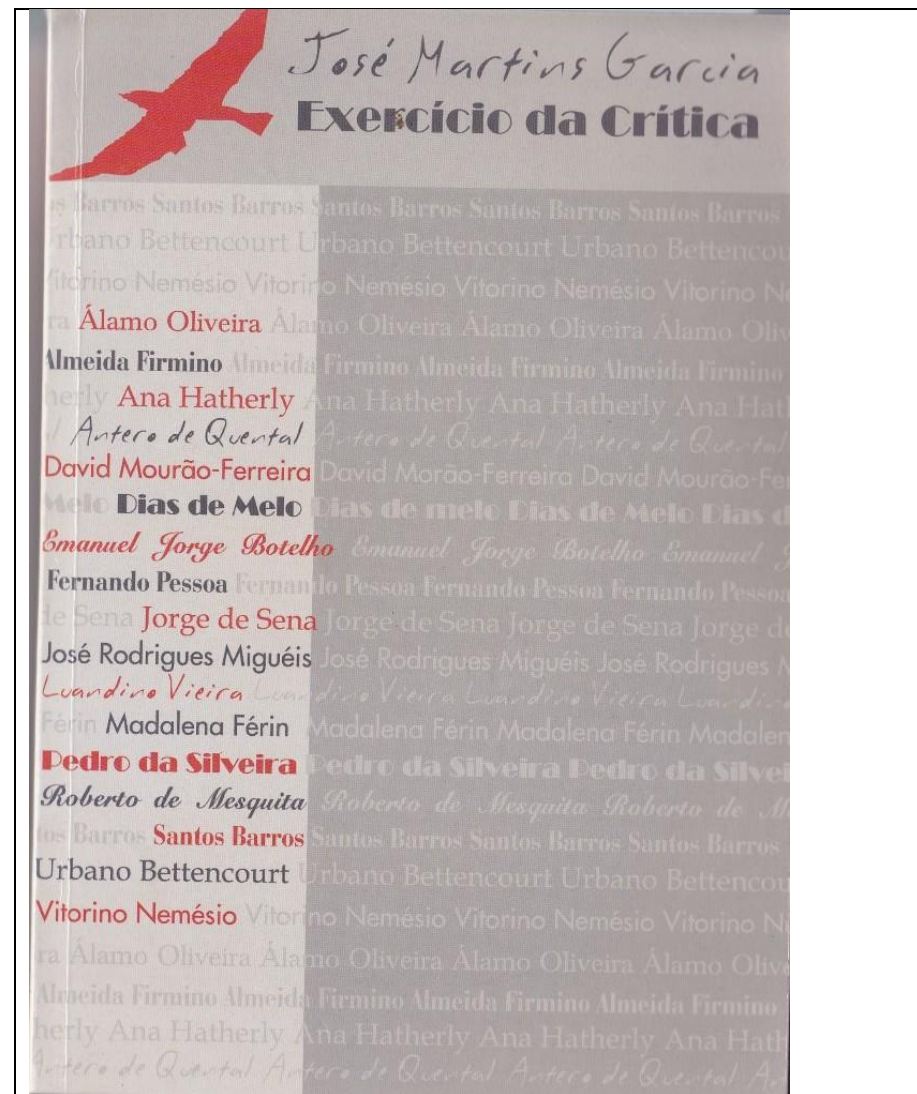


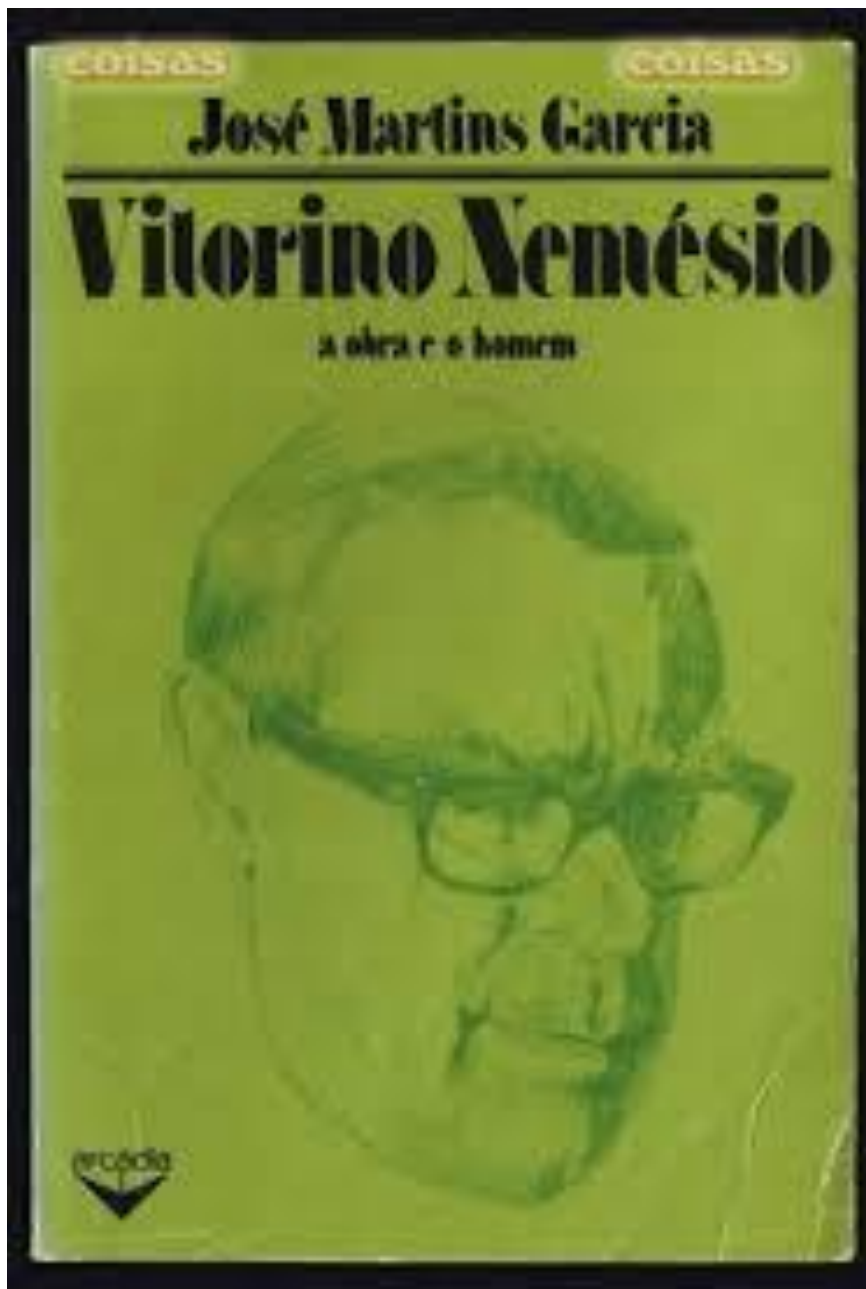
FERNANDO RIBEIRO DE MELLO
EDIÇÕES AFRODITE











ACELERAÇÃO DA MÁQUINA DO TEMPO

Em outubro regressei à escola. Agora, sim, a quarta classe valeria a pena; tinha reis e batalhas, rios e caminhos-de-ferro, colónias maiores que ilhas e continentes, gramática à discrição, problemas de centiares e decasteres, etc. Transferira-se para local incerto a azeda professora das minhas três primeiras classes. Tratava-se duma mulher muito bela (tudo é relativo ao espaço e ao tempo), muito certa na ponteirada e em outros castigos. Substituí-a o professor Domingos dos Reis, que encarnou, a meus olhos, a exemplaridade docente. Jogava à bola connosco, à hora do recreio, ensinava-nos o respeito das regras consoante o ambiente e o exercício. Tínhamos de ser tão silenciosos perante um tempo verbal quanto velozes e, em certos momentos, exuberantes em tempo de desporto. Rasteira, pé em riste, canelada, mão na bola, acarretavam punições traduzidas muitas vezes em derrotas. A História avançava e, com ela, a criação da responsabilidade individual e coletiva.

Realizaram-se, como sempre, as novenas que traziam ao mundo o Menino Jesus. Mas a divisão do tempo (a.C = antes de Cristo; d.C = depois de Cristo) libertava-se de qualquer carácter divino para ceder lugar à simples convenção. Os Romanos datavam a partir da fundação de Roma. Os Árabes, a partir da fuga de Maomé. O início do tempo não coincidia com a *origem*. O calendário era convencional, como a regra que impede o uso das mãos no futebol. Fosse o jogo o andebol, e a mão tornava-se correta e o pé, ao contrário, interdito.

Enlutados, era-nos proibido acompanhar (e com maior razão participar em) os ranchos do Ano Novo e do Dia de Reis. As roupas negras iriam acompanhar-nos durante dois anos – e para a viúva, o resto dos seus dias. Mataram-se dois porcos, com uma inédita soturnidade. Só os bichos guincharam na agonia, desrespeitando o culto dos mortos.

Na primavera, depois de muita ventania e dias encerrados em cordas de água, o Pico mostrou a crista dum cinzento-azulado. Jogou-se futebol na lama. O sol transformou a lama em poeira. A bola desaparecia em nuvens levantadas pelos pés dos jogadores. No domingo de Páscoa, o círio pascal apagou-se mal saiu da igreja – sinal de más colheitas. Sete semanas depois, retornariam os festejos do Espírito Santo.

Um dia chegou a Monte Brabo um estranho *calafona*. Nada se sabia do seu passado, a não ser que era um dos muitos filhos do lendário Jó Baganha.

[...]

O recém-chegado [Baganha] [...] Não honrou o Divino Espírito Santo, e só entrou na igreja um dia, talvez por curiosidade. Falava político – diziam – e de coisas políticas. Não pagava rodadas a ninguém – isso significaria desrespeitar os seus princípios. As dádivas, as gentilezas, a caridade, a esmola, impediam o *struggle for life*, levando o povo à repugnante pedinchice. América era terra bendita onde se apreciava muito o *self-made-man*. O povo português era tolo. Consentia ser governado em *dictatorship*. Lá, in América,

era diferente. O regime chama-se *Democracy*. Cada um votava em quem lhe apetecia. Mesmo assim, o *President* tinha de andar na linha.

[...]

Em julho obtive a distinção no exame de quarta classe. O professor sugeriu a meu irmão Fernando que eu fizesse as provas de admissão ao liceu. Minha mãe, que andava enfurecida com o namoro descarado entre a Maria de Fátima e o Mike Baganha, explodiu: - Era só o que faltava!... Ter um filho estudante, mais uma alma perdida!...

Meu irmão Fernando explicou pacientemente que o tal exame não significava *ser estudante*. Se eu fosse para o seminário, não seria porventura estudante?... Era diferente, na ótica da minha família. O seminário formava sacerdotes; o liceu, inimigos da Fé.

[...]

E assim se iniciou mais uma batalha da nossa mãe contra a História. Sempre esteve em desacordo, por isto ou aquilo, com o casamento de filhas e filhos. Perdeu todos os combates, obviamente. Fátima agarrou nas suas roupas, meteu-as na mala cedida pelo Mike Baganha e partiu. Casou-se como entendeu, não tornou a pôr os pés naquela casa, não se despediu de ninguém. Como boa esposa, seguiu o marido para San Diego.

[...]

Mal terminava o berreiro por esse vergonhoso acontecimento, iniciava-se novo berreiro endereçado à perdição da minha alma. O bom professor Domingos dos Reis foi enquadrado no grupo dos meus desorientadores. Tratara da papelada indispensável ao exame de admissão ao liceu. Meu irmão Fernando assumia as responsabilidades familiares no tocante à minha candidatura. Suponho que ele conversou com o meu tutor, o tio Alfredo, sobre quem exercia um disfarçado e inexplicável domínio (só muito mais tarde ouvi falar de pessoas dotadas de magnetismo). Ao nível dos argumentos, Fernando recordava a promessa do nosso tio Luís. Ele não dera mais notícias, desde o regresso à Califórnia. Talvez um dia se lembrasse... Talvez viesse da Califórnia uma ajudinha em dólares. Ou, pelo menos, em roupa. Eu nunca vestira um casaco.

[...]

Talvez um casaco de António, com algumas emendas, me servisse.

Assim se fez. O casaco resultou comprido

[...]

E foi assim, apalhaçado e desejando evaporar-me, que apareci na casa afidalgada do senhor Emílio Guerra, tio por afinidade do professor Domingos dos Reis.

[...]

Sua mulher [do senhor Emílio Guerra], Dona Maria Augusta, era duma tranquilidade invejável.

[...]

Não errava um gesto, não alteava a voz, a sua fala era um registo entre a brandura e a entoação. Ao ouvi-la, dava-me vontade de a pontuar: aqui a vírgula, além ponto e vírgula, mais além ponto final; agora ponto de interrogação, depois reticências...

Em semelhantes circunstâncias, os dias tornam-se vastos como um sonho de mar infindo. Até o empedrado das ruas citadinas me parecia conter mensagens anunciadoras da abalada. Para onde?... Para nenhum lugar previamente indicado. Abalar puro. Pela primeira vez reparei na ameaça instalada no cimo do Pico. A montanha não era essencialmente a beleza, como certas fotografias nos davam a entender. Era, sim, um rosto autoritário, um vulcão guardando o segredo da próxima erupção. Metia medo sob a luz leitosa das manhãs. Vivíamos, no Pico, de costas voltadas para a montanha. Vista do Faial, cara a cara, a montanha parecia uma permanente ameaça. Talvez por medo inconsciente se falasse tanto dos fins dos tempos. Talvez por memória meio apagada se concedesse aos abutres um papel tão importante na nossa imobilidade. E, contudo, na tarde límpida, o cume anilado do Pico parecia sorrir, bondoso. Deus e o diabo podiam bem revezar-se no comando dos nossos destinos, consoante as flutuações do segredo da montanha.

Não vou narrar como decorria um exame de admissão ao liceu. Os meus hipotéticos leitores terão todos passado por transe idêntico ao desses meus longos dias. Devo, contudo, reconhecer algum exagero no meu deslumbramento perante as provas orais.

[...]

Regressei a casa, aprovado, admitido ao liceu que nunca viria a frequentar. Não houve oportunidade para congratulações. Minha tia Helena fora sepultada na véspera.

- Mataste-a, filho sem coração! – proclamou minha mãe.

De desgosto. Por ver o sobrinho no caminho da perdição. Liceu! Casa de hereges! Liberdade! Raparigas e rapazes, tudo junto! Demónios à solta!

Contrabando Original. Lisboa, Edições Salamandra, col. "Garajau", 1997, 2ª edição (1ª edição: Ed. Vega, 1987), pp. 82-86.



Foi no dia seguinte que recorri aos préstimos do Sr. Vieira, o único motorista capaz de ouvir sem um sorriso zombeteiro a palavra 'táxi'. Este vocábulo não conseguiu impor-se nestas paragens, talvez por não existirem taxímetros. Deve sempre dizer-se, em nome da verdade e para evitar encrencas, 'carro de praça'. 'Motorista' ou 'condutor' também são vocábulos pretensiosos, embora menos gravosos que o famigerado 'táxi'. Quando o sr. Vieira, um grande 'desenrascado' (segundo ele), me trouxe do cais até ao Hotel Império – , dando graças a Deus por já ser o segundo servicinho daquele dia e por ter fispado um 'continente' (os 'continentes', nestas coisas são *janarosos*; inventaram a gorjeta...), logo me aconselhou, ao ouvir-me pronunciar 'táxi', a evitar essa maldita palavra. Se ainda fosse alguém de fora – explicou-me –, as pessoas riam-se um bocado mas o assunto ficava por aí. Agora se alguém cá da terra, por descuido, por ter vivido lá fora, ou por qualquer outro motivo, largava a palavra 'táxi'... Ui! era o fim do mundo! Chegava-se a falar mal e

porcamente e às vezes acabava tudo à porrada. Quem dizia ‘táxi’ é porque tinha peneiras e tornava-se urgente dar uma lição aos peneirentos. O sr. Vieira, que tinha passado bons e maus bocados em Mafra, a contas com o serviço militar, tentara organizar a vida em Lisboa depois de ter passado à disponibilidade. Tudo ia correndo bem mas, como o Diabo não dorme, de repente deu tudo pró torto... Percebi vagamente. Regressou às origens, fez-se chofer de praça (assim é que é), deixou uma vez escapar um ‘táxi’, andou ao murro com um colega, valeu-lhe a experiência militar mais uns rudimentos de boxe mal encaixados no Parque Mayer – ‘uma desgrácia de gente!’ –, ia matando o adversário, a justiça meteu o bedelho, safou-se por uma unha negra, as testemunhas mostravam-se apardaladas pela triste sorte do outro, ninguém dava importância à legítima defesa...

O nariz abatado, o cabelo à escovinha, os ombros largos dão certa verosimilhança aos seus sonhos de *boxeur*, os quais eu não ousaria pôr em causa. E será, sem dúvida, prudente falar-lhe sempre de carro de praça. Usando esta consagrada expressão, creio ter-lhe provado a minha estima e conquistado os serviços dum desenrascado chofer. Não lhe falei, está visto, do falso pentágono, nem do templo grego, nem de matemática... nem de mim, enquanto me foi possível uma lengalenga impessoal.

Perguntei-lhe qual era o passeio mais recomendado aos turistas, pois, embora eu não me incluísse nessa respeitável classe de bípedes, julgava ser mostra de apreço pela terra conhecer as suas maravilhas. Propôs-me logo uma volta à ilha, ou seja, um percurso o mais periférico possível, um divertimento incomparável, ora respirando o ar puro das falésias, ora atravessando aldeias recheadas de gente hospitaleira, ora voando por entre nuvens (se elas se mostrassem bem humoradas), ora espraçando os olhos por sobre o mar sem fim. ‘Sair da cidadezinha é o melhor’ – rematou. E eu, mudo, achei a frase muito ambígua.

À noite envolta numa pasta húmida sucedera uma daquelas manhãs raras, dum azul desmaiado, como se restos dum pesadelo se evolasses sob o sol manhoso. Trepámos, depois de atravessarmos uma reduzida faixa de terrenos num aparente pousio, onde sobressaíam a espaços a gigantesca araucária, o casarão roído de vento marinho, a cameleira surriada pelo outono, o plátano amarelado, trepámos por um carreiro enlameado em direção ao norte, até a um ponto altaneiro da falésia, onde o sr. Vieira sugeriu uma primeira demora em nome da excecional panorâmica.

Os resíduos da noite continuavam a alimentar-me uma apreensão inexplicável, agora porém mais atenuada. O Sr. Vieira alardeava um tosco profissionalismo automobilístico-turístico: tinha uma vaga noção do dever quando, apressadamente, me abria e fechava a porta do carro de praça, mas primeiro abria invariavelmente a porta da frente em vez da de trás. Depois vim a saber que se tratava duma peculiaridade ‘cá da terra’, pois o banco traseiro duma viatura é considerado um lugar de segunda classe, ao passo que o chamado ‘lugar do morto’ significa lugar de honra em relação ao – deduz-se – lugar de primeiríssima honra, que é o do próprio motorista... perdão, chofer. Falava-me de antigas prosperidades e de não menos antigas calamidades, de terremotos e de cinzas, dum naufrágio ali mesmo

na ponta do dedo espetado para o azul negro duma outra baía, da salvação milagrosa, única, do sobrevivente dum submarino afundado por torpedos... e eu só via um moinho de larguíssimas velas, moendo, moendo, sem presença humana no cilindro que lhe figurava o tronco, nem na varanda que lhe simulava os braços, pois o único ser colocado junto à trepidação do engenho era um pobre asno amarrado à escada, nem feliz nem infeliz no seu fazer orelhudo, demasiado *poseur* para burro natural. Zurrou. Então aquele brado (alegre? raivoso?) deu-lhe consistência biológica e eu comecei a acreditar na realidade do burro e do moinho, realidade oportunamente elogiada pelo meu cicerone: ‘É o moinho do turismo’ – esclareceu. ‘E o burro?’ ‘É o burro do turismo’ – tornou a esclarecer. Dita por um propagandista da paisagem, e não por um forasteiro maldoso, a asserção vinha encaixilhada com a maior das seriedades. O moinho não moía grão; o moleiro tratava do espetáculo quando o vento e o azul o aconselhavam e as gaivotas acrescentavam à rusticidade umas pinceladas marinhas.

Atravessámos povoados silenciosos onde de longe em longe uma cabeça feminina assomava a um postigo para logo se retirar, ou onde um velhote, já dispensado da labuta, nos acenava cansadamente duma banquetta de pedra. Por vezes os cães enfureciam-se contra os pneus. Aos solavancos avançávamos por entre pastagens onde os bovinos mais próximos erguiam grandes olhos pacientes para o animal mecânico, muito mais barulhento que os gemidos descompassados da manada.

De repente, como se num documentário filmado o cineasta caprichasse na arte do contraste, descemos por um caminho encaixado entre moles de basalto. Os mugidos e o verde foram substituídos pelo estrondo das ondas e pelo negrume de outra ilha – tal era a minha impressão. Entraríamos em breve num planalto cheio de ‘lindezas’, pelo menos no entender tranquilizante do Sr. Vieira. Contudo, mal o carro iniciou a projetada subida, vi pela frente uma serra de proporções inesperadas, um contraforte arroxado onde rebanhos mal visíveis me davam a sensação duma fuga alucinada.

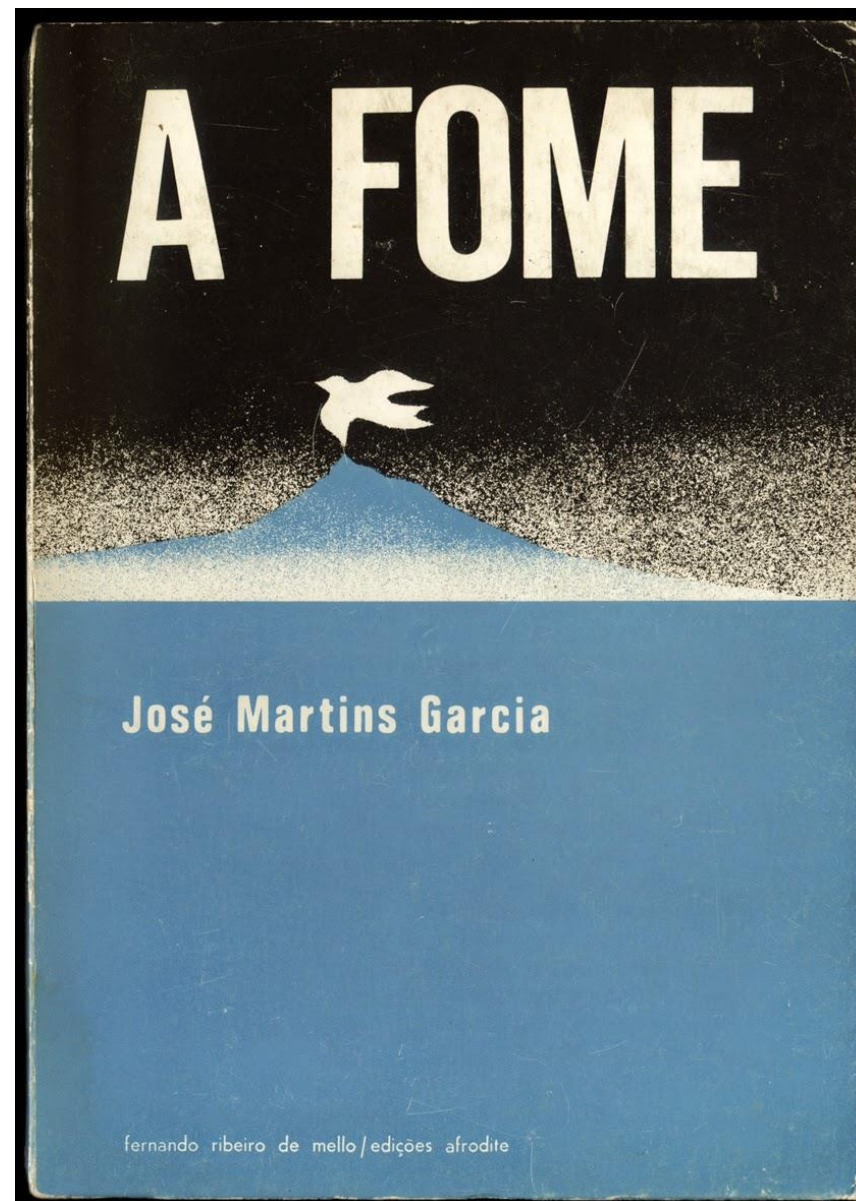
O sr. Vieira rosnou ‘pouca sorte’ e carregou no travão. Coçou por um minuto o cabelo ouriçado, para logo se confessar inocente: tal mudança de tempo era uma verdadeira agressão da mãe-natureza. Estragar uma volta à ilha, iniciada sob um azul tão límpido, com uma carga de nevoeiro daquela espécie, parecia obra do mafarrico.

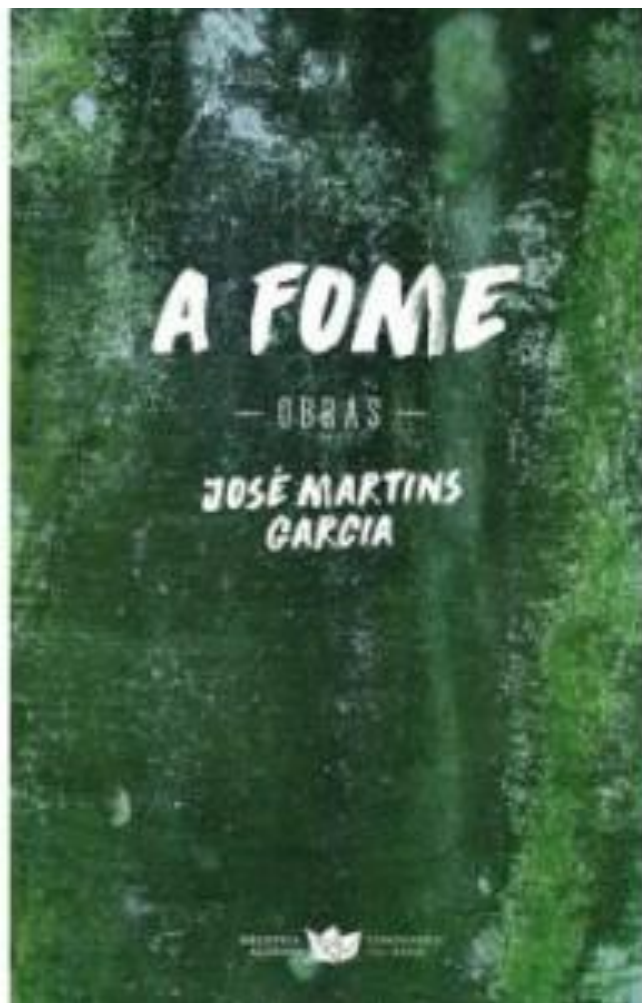
A vida, vista à luz da experiência do Sr. Vieira, já lhe havia ensinado que a franqueza deve estar acima de tudo. Em nome desse princípio declarava-me não valer a pena prosseguirmos; o vento virara de repente para sul, era um caso sério, era francamente um desastre para a paisagem, para uma volta à ilha e até para os nervos. Por vezes prantava-se do sul semanas a fio, encobrindo o céu, forrando tudo, cinzento e mais cinzento, cinzento sem uma aberta. Com franqueza, não podíamos avistar doravante um palmo adiante do nariz, embora eu teimasse na minha, por ser inexperiente e nada mais: parecia-me avistar, cerca duma légua para norte, uma montanha coroando um troço da serra. Compadeceu-se o experiente sr. Vieira das minhas visões de forasteiro sem bússola.

Aquela espécie de nevoeiro já dera cabo do canastro a alguns teimosos; era um nevoeiro que embebedava como aguardente; era o coveiro de pastores afoitos; era uma peste.

Deixei-me de objeções enquanto ele manobrava com vista ao regresso pelo mesmo caminho. E – franqueza acima de tudo! – não devia cobrar-me um centavo por esta volta falhada; eu não devia ser lesado pelos caprichos dum clima traiçoeiro; ele devia ser responsabilizado pelo fiasco porque, sendo um conhecedor de ventanias e nevoeiros, se deixara mesmo assim enganar pelo azul da manhã.”

Memória da Terra. Lisboa, Vega, col. “o chão da palavra”, ficção, 1990, pp. 31-3233-34-35).



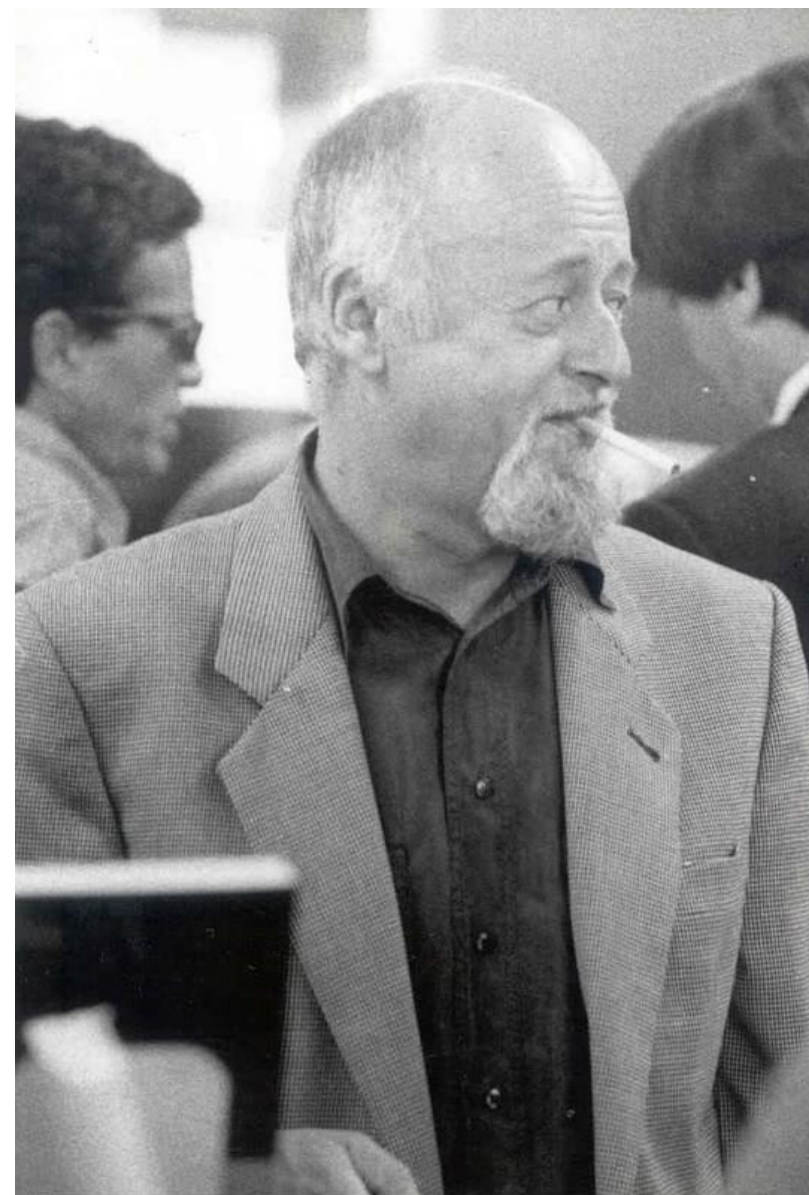
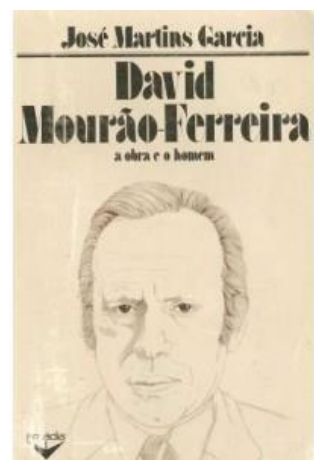
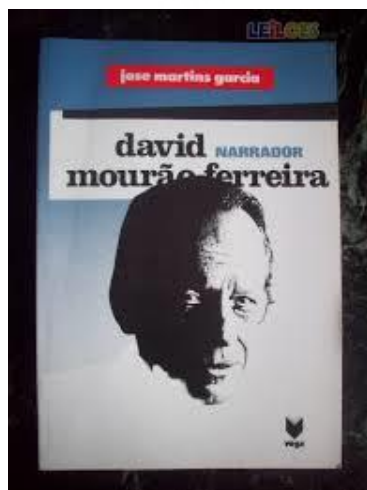


Martins Garcia

KATAFARAUM

PARALITICO

Edição do Autor
1991
1ª Edição



IMPOSTO ININTERRUPTO

O filósofo Aristides não era bem um cínico, no sentido clássico do termo, embora, no tocante ao desprendimento dos bens materiais, tivesse assimilado as linhas mestras da lição de Diógenes. Se não optara por viver numa barrica, o facto deve-se ao preço exorbitante das barricas, que são, como se sabe, disputadíssimas no mercado negro, desde que constituem a solução possível para o problema da habitação. O filósofo Aristides vivia numa confortável barraca de renda tradicional, de onde o senhorio tentava – inutilmente – expulsá-lo. (O ganancioso proprietário pretendia transformar aquilo num motel.) Aristides raramente perdia tempo com tagarelices. O tempo, que era dos tecnocratas, também não prestigiava os filósofos, especialmente os céticos – esses desmancha-prazeres que não aplaudiam as proezas computadorizadas nem a ideia da felicidade final mediante a informatização.

Aproximava-se da cinquentena, o pobre Aristides, quando foi capturado pelo filósofo Anacleto, o qual, muito empenhado em sistemas de intervenção político-social, lhe lembrou deveres cívicos, sublimações, participações, socializações e nacionalizações, acabando por arrancar ao cético uma promessa de colaboração na *Suma Filosófica*, revista dirigida por Anacleto, o qual via, apreensivo, a deserção dos seus mais próximos colaboradores, todos seduzidos pelo vil metal. Os tempos corriam mal para o autêntico humanismo – argumentava Anacleto. O ceticismo, se apontado para o materialismo dos novos próceres, podia e devia contribuir para a desmistificação do novo cientismo, essa forma delirante de positivismo soez – continuava Anacleto. O grosseiro bando, materialão e neopositivista, assaltara todos os domínios da cultura e pretendia nada mais nada menos do que asfixiar, intelectual e financeiramente, a *Suma Filosófica*, último baluarte dum humanismo saudável e atuante – concluía Anacleto.

Aristides prometeu-lhe uma revisão crítica, depois de muito instado e doutrinado. Tratava-se de avaliar uma obra duvidosa, intitulada *A neo-neo-filosofia perante o enterro dos paradigmas*, de autoria coletiva desenrolada em cerca de mil páginas. O pobre filósofo cético entrou de irritar-se logo no primeiro capítulo: os erros de tradução eram flagrantes, a bandalheira terminológica tendia para a selva concetual, as «gralhas» assumiam proporções inéditas... Em suma: aqueles pensadores talvez assim quisessem dizer alguma coisa, mas, uma vez traduzidos em katafaraónico, tornavam-se mais katafaraónicos do que os indígenas.

E o diabo da promessa a cirandar na mente de Aristides!... E logo fora empenhar a sua palavra!... E logo ao Anacleto...! Sentia que tinha caído numa armadilha. Ainda por cima, não podia acusar ninguém por se ter deixado armadilhar. E lá foi deglutindo aquela prosa, tentando adivinhar o sentido velado pela abominável tradução. E, conduzido pelo ideal de cumprir a palavra dada, lá conseguiu, ao fim de três meses, redigir duas magras páginas de cautelosas considerações, escolasticamente cumpridas entre o sim e o não, por um lado assim, no reverso assado, e o *talvez* conscienciosamente distribuído. Dobrou as duas

folhinhas, acrescentou uns cumprimentos a Anacleto, classificou o seu trabalho de ‘pastelada’ e enviou o todo pelo correio. Não pressentiu que tinha assinado uma terrível sentença.

Os cumprimentos foram-lhe retribuídos por Anacleto, acompanhados de ‘calorosas felicitações’. Passado um mês, Aristides recebeu um número da *Suma Filosófica* onde a sua prosa, em corpo miudinho, não chegava a preencher uma coluna da secção de recensões. ‘Não caio noutra! – resmungou o filósofo, ignorando que se estampara irremediavelmente.

Aproximava-se entretanto o fim do ano civil. Aristides, para seu espanto, recebeu uma intimação assinada pelo chefe da contabilidade da *Suma Filosófica*, um tal João Calhau, que lhe exigia com urgência uma fotocópia do cartão de contribuinte, com vista ao pagamento de dois mil e cinquenta e três escudos e quarenta centavos, que era quanto valia a revisão crítica publicada.

Durante um largo decénio Aristides não tinha publicado uma linha. Ignorava, por falta de relações sociais e devido à típica distração do filósofo, o que significava ‘cartão de contribuinte’. Depois de muito magicar no seu caso pessoal e naquele estranho sintagma, concluiu que os estrangeirismos se avolumavam no uso da língua katafaraónica. Com efeito, *contribuinte* só podia ser um anglicismo, o resultado da adaptação de *contributor*, cujo significado é o de ‘colaborador’ – e Aristides caíra na esparrela de ‘colaborar’ na *Suma Filosófica*... e agora, por algum desígnio democrático, um colaborador de jornais ou revistas precisava de obter um cartão, certamente concedido por alguma nova Censura, ou por algum sindicato de intelectuais... Raio de vida! Burocracia triunfal! Quantas desgraças iriam resultar daquelas malfadadas duas páginas de prosa chata!

Aristides resolveu esquecer o assunto, embora, durante uma semana, tivesse sido assaltado por abomináveis pressentimentos no respeitante à *nova* liberdade de expressão. Queriam pagar-lhe uma ridicularia e, para tal, invadiam-lhe o sossego, espezinhavam o idioma, exigir-lhe-iam certamente a inscrição numa tertúlia qualquer, provavelmente condicionante do pensamento e condicionada por uma quota superior ao preço duma revisão. Era simplesmente revoltante!

Pobre, pobríssimo, paupérrimo Aristides! Nas vésperas do Natal, nova mensagem do tal João Calhau. Que resolvesse *imediatamente* a questão dos dois mil e cinquenta e três escudos e quarenta centavos. Que a *Suma Filosófica* era honrada e não pretendia ficar a dever nada a ninguém. Que o silêncio e a indiferença de Aristides se tornavam nocivos ao regular funcionamento daquela instituição, a qual deveria encerrar as contas anuais na plena posse de toda a documentação. Que Aristides apresentasse, não só a tal fotocópia do cartão de contribuinte, mas também um recibo azul devidamente preenchido. ‘Com que então – resmungou Aristides –, agora já não basta a chatice do tal cartão!... O recibo tem de ser azul. Já não é preto no branco. Deve ser merda sobre azul. Essa gente enlouqueceu!’

Uma semana após o Ano Novo, Aristides voltou a ser assaltado por causa da famigerada recensão. Agora o próprio Anacleto o admoestava brandamente, chamando-lhe a atenção para o ‘desleixo no cumprimento de um dever cívico elementar’. Mostrava-se disposto a ajudar Aristides na ‘regularização’ daquela ‘anomalia’, facultando-lhe uma audiência quando ele, Aristides, julgasse oportuno. Anexava fotocópia das queixas apresentadas por João Calhau. O zeloso chefe da contabilidade espriava os seus lamentos acusadores em três páginas datilografadas. Recordava a sua inatacável honestidade, a exemplaridade dos seus métodos, a transparência da sua papelada. Tremia de medo em adjetivos agourentos, previa o tribunal, a condenação, a desonra. Apontava o dedo contra Aristides, ‘sabotador, provavelmente inconsciente, duma instituição prestigiada’.

Tornou-se perro e desajeitado o diálogo entre Anacleto e Aristides. O diretor da *Suma Filosófica* não entendia o desentendimento do filósofo Aristides em matéria de cartões e de contribuintes. Depois de esbracejarem nas águas turvas dos conceitos, cada qual munido de aceções divergentes, concluíram, num começo de mútua agressividade, que pela via do diálogo não se encaminhavam para nenhuma tábua de salvação. Por trás da secretária, semeada de papelada multicolor, Anacleto não teve outro remédio senão garantir que se encarregaria ele próprio de obter um cartão de contribuinte para o colaborador nefelibata. Enterrado num meiple, com visível desconforto, Aristides indagou se a coisa ficava assim encerrada. ‘Não, homem de Deus, de modo nenhum! E o recibo?... Então quem vai assinar o recibo?..’

Passado um mês, o pobre Aristides foi bombardeado por nova e implorativa missiva de João Calhau. Foi recebido com efusivos apertos de mão, agradecimentos de toda a espécie, salamaleques desengonçados e outras manifestações de regozijo, pelo minúsculo chefe da contabilidade. O homenzinho sexagenário, semicalvo, míope, todo esticadinho e escovado, tropeçava em esquinas de secretárias, atropelava cadeiras e desterrava papéis para o chão, no esforço de enconchar o farraposo filósofo numa cadeira-de-braços. Após o que, enraivecido por difícil vitória, exibiu um pequeno retângulo amarelado – o famigerado cartão de contribuinte – que lhe fora enviado pela ‘imensa bondade’ do doutor Anacleto. Devolvia agora o seu a seu dono, depois de ter mandado fotocopiar aquele ‘documento imprescindível’.

Alarmado, Aristides reconheceu o seu nome por baixo dum número de nove algarismos. Nove – o que significava que a caterva colaboradora (ou colaboracionista?) ascendia à ordem das centenas de milhão. Para já, a população katafaraónica reproduzira-se vertiginosamente... ou então tratava-se duma Internacional qualquer. Pensando melhor: a multidão contribuinte devia constituir um sindicato à escala planetária. Foi despertado do seu horrível cálculo pelo incansável adejar de João Calhau que, emocionado, lhe papagueava as virtudes duma contabilidade transparente, à qual só faltava limpar a nódoa resultante da ausência dum recibo azul. E Aristides confessou não fazer a mínima ideia dum recibo azul. E o outro levou as mãos à cabeça e deu o dito por

não dito, dada a ausência de recibo azul. Não houvera, afinal, progressos na solução do caso, porque nada se resolvia sem recibo azul.

Aristides declarou então renunciar à quantia ridícula que tantos dissabores lhe acarretava. Vendo bem as coisas, ninguém precisava de dois mil escudos, e pico, para sobreviver. Passara muitos anos sem publicar uma linha... e não morreria. Além disso, ao escrever a pequenina recensão, não pensara em dinheiro. Nem sabia mesmo se a revista costumava pagar tais ninharias.

João Calhau entendeu este último ponto de vista como uma grave desconsideração. Fechou a cara, apelou para o nó da gravata, empertigou-se para reiterar a total transparência, etc. e tal. Não aceitava a proposta de renúncia, não senhor!

Tentando dilatar os limites da sua paciência, Aristides sugeriu a doação – embora fraquíssima – daquele montante a uma instituição de caridade. Argumentou, sanhudo, João Calhau que, no estado presente da próspera economia, já não existiam semelhantes instituições. Então Aristides perdeu a cabeça e urrou: ‘Tenho ou não o direito de não receber?’

Não tinha.

Sobre a impossibilidade da renúncia proposta a João Calhau, recebeu Aristides nova mensagem assinada pelo diretor Anacleto – já os frios daquele inverno se atenuavam numa esperança de primavera. Só não se atenuava a náusea do pobre filósofo sempre que se sentia torpedeado por causa do ‘crime’ duma recensão crítica. No seu espírito, outrora tão saudavelmente cético, ia ganhando terreno a ideia da mordaga universal mediante a conspiração burocrática.

Anacleto, o suposto humanista, parecia abalroado por esta conspiração gigantesca. Sujara meia dúzia de páginas para expor uma argumentação cerrada, toda ela assente em pressupostos de areia. Aristides deveria ter adquirido, como qualquer cidadão responsável, um livro de recibos azuis. Não podia rejeitar a quantia justa a que tinha direito, pois, com essa atitude, não só perturbava o regular funcionamento da democracia, mas também vilipendiava a justa luta dos intelectuais por uma condição mais digna e respeitável. Quando todos reivindicavam um justo pagamento de direitos autorais, quando todos se insurgiam contra a obliteração do Espírito – peça essencial da engrenagem libertadora –, quando todos requeriam subsídios, bolsas, proteções, mecenatos, quando todos estatuíam que o trabalho intelectual era tão remunerável quanto o trabalho manual – vinha ele, Aristides, num gesto elitista, corroborar o ancestral (e falso!) desprezo dos ‘iluminados’ pelos bens terrenos. E assim, por diante... Tudo para comunicar a Aristides que ele, Anacleto, com algum sacrifício e alguma consciência de classe, mandara comprar nas finanças uma caderneta de recibos azuis destinada às necessidades do incauto filósofo. Aguardava a visita do rebelde, apelando para a velha amizade...

Irritadíssimo por aquele despautério – indigno dum filósofo –, Aristides procurou Anacleto, na firme disposição de lhe fazer lembrar alguns elementares princípios éticos. Ia pregar um sermão ao degenerado... mas caiu nas garras de João Calhau.

O miserável recibo não era azul mas alaranjado. Interrogado sobre a discrepância, sobre se houvera recente legislação, sobre se as cores tinham mudado de nome, João Calhau sorriu superiormente e declarou que tudo neste mundo era convencional.

O retângulo alaranjado apresentava-se, aos olhos de Aristides, totalmente preenchido. Quando João Calhau, suspirando de alívio, pediu ao visitante o favor de preencher, o filósofo sentiu tonturas e esfregou os olhos, descrendo da realidade. Na horizontal, na vertical, e em algumas direções oblíquas, dizeres miudinhos, praticamente indecifráveis, rendilhavam a treda superfície do retângulo. ‘Este espaço é reservado à indicação da natureza dos direitos do contribuinte’ – prevenia João Calhau, pousando a unha roída sobre uma linha de pontinhos quase devorada por cabalísticos caracteres. ‘E como é que vão caber aqui os meus direitos?’ – quis saber Aristides. ‘Aperte’ – desfechou o outro. ‘Aperte o quê?’ – insistiu o filósofo. ‘Os direitos do autor’ – esclareceu o contabilista. Enfastiado, Aristides escreveu apertado: ‘Direitos de autor’. João Calhau, provavelmente compadecido, ofereceu: ‘Ponha a sua assinatura aqui. Eu preencho o resto. Tenho prática destas coisas’.

Um mês após estes acontecimentos – já cheirava a primavera –, Aristides foi mais uma vez agredido por nova mensagem de João Calhau. Uma desgraça! Acontecera uma terrível confusão. O uso da expressão ‘direitos de autor’ ia penalizar o declarante. Uma injustiça! Sobre tão modesta quantia, ia operar-se um desconto de 30%, ao passo que, se no lugar reservado à menção da natureza dos direitos figurasse a palavra ‘escritor’, o desconto passaria a ser de apenas 15%. Com muitas desculpas e outras tantas *mea culpa* João Calhau pedia o envio do segundo recibo azul, devidamente preenchido, perante o qual seria anulado o antigo.

O primeiro impulso de Aristides foi o de destruir aquele obsceno papel... e, futuramente, todos os papéis. Depois, lembrando-se das missivas chatas do doutor Anacleto, retirou da pasta esfarrapada a odiosa caderneta alaranjada, inscreveu no retângulo mascarrado a palavra ‘escritor’ e assinou. Já não se apercebia da sua unidade psíquica – velha problemática tantas vezes abordada. Era um recibo azul cor de laranja, preenchido antes do preenchimento, desovando em recibos multicores sobre recensões críticas ilegíveis. Quando, no pino do verão, recebeu um cheque no montante de mil duzentos e setenta e seis escudos e vinte centavos, respeitante a uma, para ele, prosa chata e eivada de veneno, há séculos publicada numa revista do Diabo, não se deu ao trabalho de quantificar a diferença, embora sentisse vagamente que lhe tinham roubado algo pequeno de outro algo também muito pequeno.

Quando, no começo do outono, recebeu uma carta enviada por um tal Manuel Calhau, abriu-a com um misto de repulsa e indiferença. Nela se lhe comunicava que, tendo

a chefia da contabilidade da *Suma Filosófica* transitado para a pessoa do signatário, urgia uma revisão das despesas com vista a uma política de transparência. Pedia-se ao destinatário o favor de preencher o recibo anexo. Era branco, o recibo anexo, com dizeres datilografados. Nele constava o montante ilíquido referente a uma recensão crítica: mil duzentos e setenta e seis escudos e vinte centavos; *menos* trinta por cento de direitos de autor (quantia que Aristides deveria devolver ao novo chefe da contabilidade), o que representava a importância de trezentos e oitenta e dois escudos e oitenta e seis centavos. Deveria ainda o filósofo assinar o recibo sobre uma estampilha fiscal de valor inconfessado.

Aristides mergulhou na catatonia. Viram-no afastar-se para Norte, onde havia cavernas e animais ferozes. Tudo leva a crer que o seu último escrito, a lápis sobre papel de embrulho, tenha sido este: ‘O ser é. O não-ser não é. Mas agora o ser é e não é. Eu sou e não sou. Eu sou o ser e o não-ser. Eu não sou nem ser nem não-ser. Estou sendo o ser e estou sendo o não-ser. Se estou sendo o não-ser, então não sou.’

Katafaraum Ressurreto, Edição do Autor, 1992, pp. 76-84.



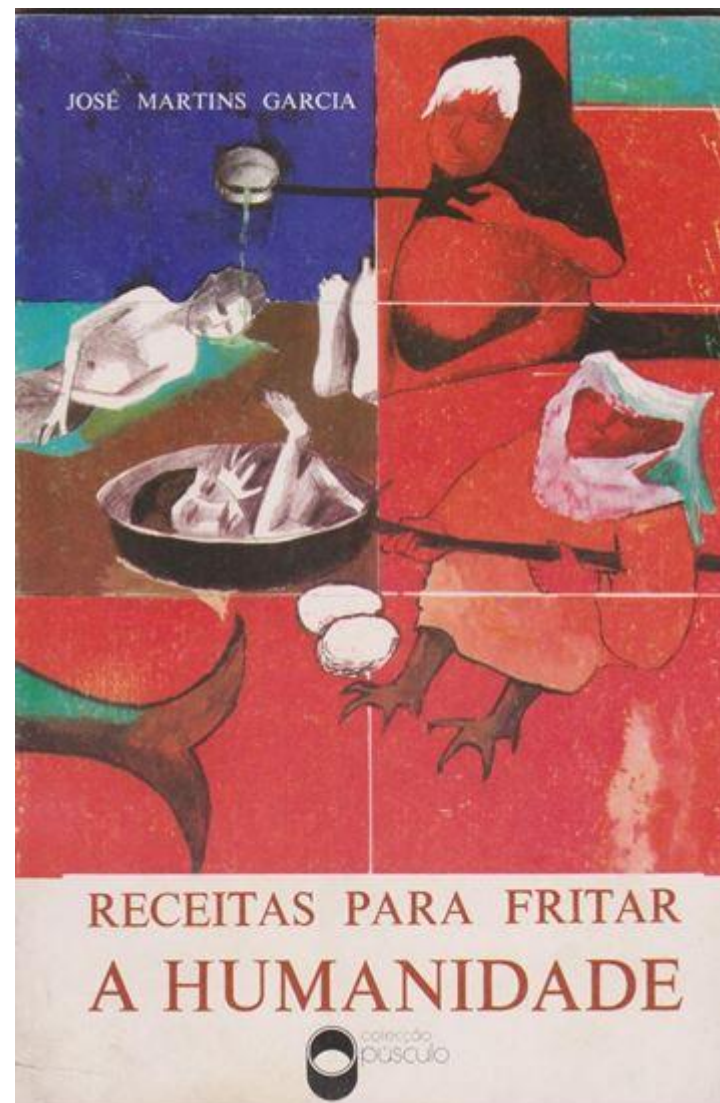
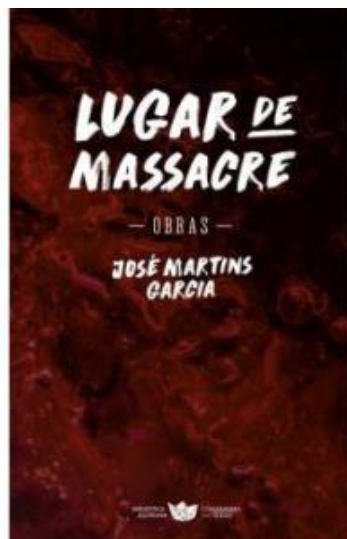
Na ilha do regresso os rostos são
Espaços onde cresce o incenso e a faia;
Ali foi a latada, ali o balcão,
Ali foi o regresso. A cor desmaia.

Na ilha do regresso os dias são
Serapilheiras gastas; e os daninhos
Arbustos crescem no que foi portão
E abraçaram as portas dos vizinhos.

Na ilha do regresso ninguém mora,
Nem há quem habilmente a reconheça.
Cercadura de névoa a rememora,
Névoa dia após dia mais espessa.

No Crescer dos Dias. Lisboa, Edições Salamandra, col. “Garajau”, 1996, p.19.



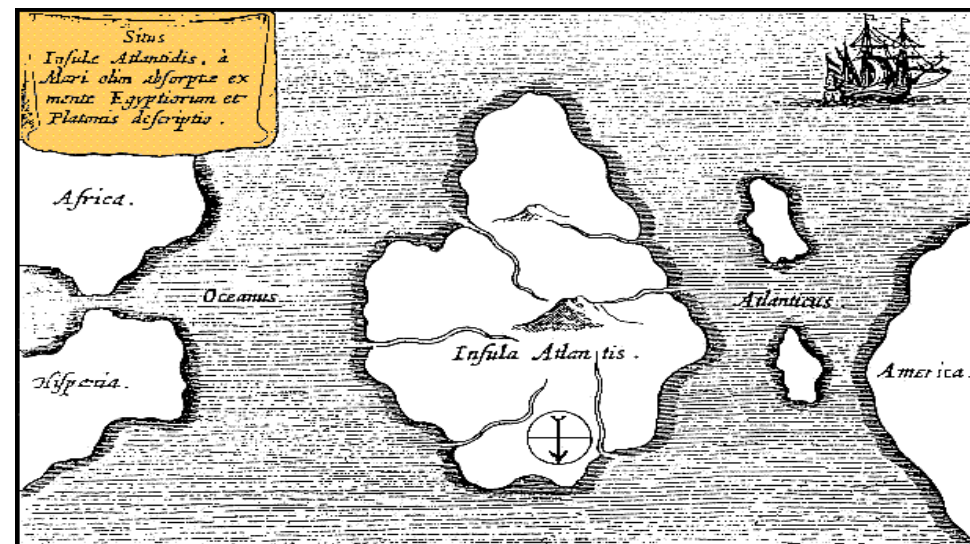


**CADERNOS DE ESTUDOS
AÇORIANOS**

**REVISTA DE
ESTUDOS
LUSÓFONOS,
LÍNGUA E
LITERATURA,
DOS COLÓQUIOS
DA LUSOFONIA**

CADERNO Nº 18 - edição março 2013

DEDICADO A JOSÉ MARTINS GARCIA



CADERNO Nº 18 - edição março 2013

DEDICADO A JOSÉ MARTINS GARCIA

Todas as edições estão em linha em <http://www.lusofonias.net>

Editor AICL-Colóquios da Lusofonia (Chrys Chrystello editou este número)

Coordenação Chrys e Helena Chrystello

CONVENÇÃO: O Acordo Ortográfico 1990 rege os Colóquios da Lusofonia para todos os textos escritos após 1911 (data do 1º Acordo Ortográfico)



© TM ®

Editado por

COLÓQUIOS DA LUSOFONIA (AICL, ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL COLÓQUIOS DA LUSOFONIA -
revisto janeiro de 22)

Em linha ISSN 2183-9239 CD-ROM ISSN 2183-9115